



Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana			
Superintendência de Licitações			
Processo Administrativo	45668/2024	Concorrência Eletrônica	01/2024
Realização da Licitação	09h do dia 11/09/2024		
Tipo	Maior valor de outorga a ser pago ao Poder Concedente.		
Objeto	Concessão onerosa de uso do bem público onde funcionará o Hospital Municipal de Apucarana, incluídas as benfeitorias e dependências nele existente.		
Órgão	Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana – UASG 927571		

**Índice:**

- 1.0 Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento;
- 2.0 Da impugnação, dos esclarecimentos;
- 3.0 Das condições de pagamento e reajuste;
- 4.0 Condições de participação;
- 5.0 Do credenciamento e do sistema eletrônico;
- 6.0 Da Proposta Inicial e do Preenchimento;
- 7.0 Da abertura da sessão pública;
- 8.0 Da formulação dos lances;
- 9.0 Da negociação;
- 10.0 Do envio da proposta de preços;
- 11.0 Descritivo da proposta;
- 12.0 Julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora;
- 13.0 Habilitação;
- 14.0 Do encaminhamento da documentação de habilitação;
- 15.0 Da verificação da documentação de habilitação;
- 16.0 Dos recursos administrativos;
- 17.0 Da assinatura do contrato;
- 18.0 Adjudicação e homologação
- 19.0 Contrato, recebimento
- 20.0 Subcontratação
- 21.0 Das sanções;
- 22.0 Da revogação e anulação;
- 23.0 Disposições gerais.



INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS
Telefone Licitação: 43 3422-4000, Ramal: 338. Dúvidas técnicas: Telefone: 43 3422-5888 Ramal 2011 Horário: 08h00min às 18h00min - E-mail: <a href="mailto:licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br">licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br</a>



RESUMO DO EDITAL
<b>1. Objeto:</b> Concessão onerosa de uso do bem público onde funcionará o Hospital Municipal de Apucarana, incluídas as benfeitorias e dependências nele existente.
<b>2. Valor Máximo e condições de liquidação e pagamento:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>R\$ 14.795.757,21 (quatorze milhões, setecentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos),</b> que corresponde ao somatório do valor de <b>R\$ 5.171.233,60 (cinco milhões cento e setenta e um mil duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos)</b> da OUTORGA a ser paga ao longo da CONCESSÃO DE USO e dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS no valor de <b>R\$ 9.624.527,61 (nove milhões seiscentos e vinte e quatro mil quinhentos e vinte sete reais e sessenta e um centavos)</b> a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA.</li><li>• A Autarquia Municipal de Saúde receberá o valor da Outorga trimestralmente em parcelas iguais, até o 5º (quinto) dia útil;</li></ul>
<b>3. Critério de julgamento:</b> <b>MAIOR VALOR DE OUTORGA A SER PAGO AO PODER CONCEDENTE.</b>
<b>4. Plataforma eletrônica:</b> <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>
<b>5. Do cadastro das propostas:</b> A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> , a partir da liberação do Edital, até as <b>09h do dia 11 de setembro de 2024</b> , horário de Brasília-DF.
<b>6. Início da fase de lances:</b> A partir das <b>09h do dia 11 de setembro de 2024</b> , horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> , será aberta por comando da comissão de contratação, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
<b>7. Da habilitação:</b> conforme o <b>item 13</b> do edital.
<b>8. Prazo de execução:</b> Conforme <b>anexo IV</b> do edital, sendo a Minuta do Contrato
<b>9. Vigência da concessão:</b> <b>10 (dez) anos.</b>



A **Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana**, inscrita no CNPJ SOB Nº 78.956.513/0001-68, sediada à Rua Antônio José de Oliveira, nº 293, barra funda, CEP 86800-260, neste município, por intermédio da Comissão de Contratação, designados pela Portarias nº **03 e 04/2024, de 15 de Janeiro de 2024**, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 33/2024, de 17 de maio de 2024, na Lei Federal 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/14; Lei Municipal nº 101/2019; Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a Lei Federal 14.133/2021; e suas alterações, legislação correlata e pelas normas do portal de compras governamentais ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), torna pública a realização de licitação, na modalidade **Concorrência**, na forma **Eletrônica**, do tipo **Maior valor de outorga a ser pago ao Poder Concedente**, conforme as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **anexo V**, que veicula o Termo de Referência.

Processo Administrativo		Concorrência Eletrônica	
45668/2024		01/2024	
Expedido em			
Tipo	Maior valor de outorga a ser pago ao Poder Concedente.		
Data inicial para acolhimento das propostas		Data final de cadastro das propostas e início da fase de lances	
25/07/2024		11/09/2024	
Hora da fase de lances		09h	
Requisitante			
Ofício Dir. Pres. nº 186/2024 – Autarquia Municipal de Saúde (AMS)			

## 1. Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento

**1.1** A presente licitação tem por objeto abertura de processo licitatório para **Concessão onerosa de uso do bem público onde funcionará o Hospital Municipal de Apucarana, incluídas as benfeitorias e dependências nele existente. Terá como finalidade a prestação de serviços médicos e hospitalares necessários a população na modalidade 100% SUS**, de acordo com as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos.

**1.2** De acordo com o termo de referência restam fixados o valor global estimado para a contratação é de **R\$ 14.795.757,21 (quatorze milhões, setecentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos)**, que corresponde ao somatório do valor de **R\$ 5.171.233,60 (cinco milhões cento e setenta e um mil duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos)** da OUTORGA a ser paga ao longo da CONCESSÃO DE USO e dos



INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS no valor de **R\$ 9.624.527,61 (nove milhões seiscentos e vinte e quatro mil quinhentos e vinte sete reais e sessenta e um centavos)** a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA. Conforme demonstrativo abaixo:

INVESTIMENTOS	VALORES ESTIMADOS
BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	R\$ 1.184.897,85
EQUIPAMENTO DE OFTALMOLOGIA	R\$ 2.891.927,35
EQUIPAMENTO LEITOS	R\$ 1.325.300,06
EQUIPAMENTO LEITOS – SRPA – HOSPITALAR	R\$ 206.162,88
EQUIPAMENTOS SALA VERMELHA	R\$ 314.395,98
EQUIPAMENTO CENTRO CIRURGICO	R\$ 3.543.763,43
EQUIPAMENTOS LEITO EMERGENCIA	R\$ 158.086,06
REMUNERAÇÃO PELO USO DO IMÓVEL (10 ANOS)	R\$ 5.171.233,60
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>	<b>R\$ 14.795.757,21</b>

**1.2.1** Não serão aceitas propostas com valor inferior ao valor da outorga admitido para a licitação.

**1.3** O critério de julgamento da presente licitação é o de tipo **MAIOR VALOR DE OUTORGA A SER PAGO AO PODER CONCEDENTE**

## **2. Da impugnação, dos esclarecimentos**

**2.1** As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até as 18 horas do dia **06/09/2024**, três dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública da Concorrência, por qualquer cidadão ou licitante.

**2.2** A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida à Comissão de contratação, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Apucarana, localizado no Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, no horário das 08h00 às 18h00, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: [licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br](mailto:licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br)

**2.3** A impugnação será julgada em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será publicada no Portal da Transparência do Município de Apucarana, e disponibilizada no sítio [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br), no link



Transparência - Licitações Autarquia Municipal de Saúde.

**2.4** Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

**2.5** Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**2.6** Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Comissão de contratação, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: [licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br](mailto:licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br)

**2.6.1** A Comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**2.7** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**2.7.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.

**2.7.2** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### **3. Das condições de pagamento e reajuste**

#### **Do pagamento**

**3.1** A Autarquia Municipal de Saúde receberá o valor da Outorga trimestralmente em parcelas iguais, até o 5º (quinto) dia útil;

**3.2** O primeiro pagamento da OUTORGA será devido a partir do 3º (terceiro) mês contado da DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.

**3.3** Na ocasião do pagamento da primeira parcela da OUTORGA previsto na subcláusula 3.2, o valor ofertado pela ADJUDICATÁRIA poderá ser reajustado considerando-se a variação do IPCA ocorrida entre a data-base de entrega das propostas e a data fixada para pagamento desde que tenha passado prazo de 12 (doze) meses.

**3.4** Caso a CONCESSIONÁRIA não pague o valor da parcela de OUTORGA na data de vencimento, incorrerá em multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.



**3.5** O valor da parcela de OUTORGA devida pela CONCESSIONÁRIA será reajustado anualmente, pela variação do IPCA desde a data-base do último reajuste.

#### **4. Condições de participação**

**4.1** 1 Serão admitidos a participar deste certame empresa privada com ou sem fins lucrativos, preferencialmente Organizações Sociais (OS) com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS na área da saúde, cuja natureza social dos seus objetivos esteja relacionada ao objeto deste procedimento;

**4.2** Não poderão participar, direta ou indiretamente da Concorrência:

**4.2.1** Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

**4.2.2** Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta Concorrência;

**4.2.3** Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

**4.2.4** Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município de Apucarana ou outra entidade deste Município;

**4.2.5** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**4.2.6** Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

**4.2.7** Cooperativa de mão de obra;

**4.2.8** Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

**4.2.9** Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do Executivo ou Legislativo do Município de Apucarana, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja agente de contratação, membro da comissão de contratação, Agente de Contratação ou autoridade ligada à contratação.

#### **5. Do credenciamento e do sistema eletrônico**



**5.1** Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**5.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**5.1.2 O número da UASG no sistema COMPRASGOV: 927571. É por este número que será encontrado o processo e poderá se cadastrar para a participação em todas as licitações da Autarquia de Saúde.**

**5.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**5.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**5.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**5.5** A proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

**5.5** Se o sistema do pregão eletrônico ficar inacessível por problemas operacionais exclusivamente por parte do portal de compras, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação via e-mail e chat aos participantes.

**5.6** No caso de desconexão apenas do Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às proponentes para recepção dos lances, retomando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**5.7** Quando a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.



**5.8 Caberá à proponente:**

**5.8.1** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o todo o processo do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive no que tange aos subitens supra.

**5.8.2** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**5.8.3** O uso da senha de acesso pela proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo plataforma responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.8.4** O credenciamento junto ao SICAF, implica a responsabilidade legal da proponente e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

**6. Da Proposta Inicial e do Preenchimento**

**Proposta inicial**

**6.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**6.1.1** O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital.

**6.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**6.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**6.3** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo (a) Agente de Contratação, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.4** O Agente de Contratação, verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

**Do preenchimento da proposta**





**6.5** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.5.1 Valor global.**

**6.6** Todas as especificações do objeto contidas no edital vinculam o Contratado.

**6.6.1** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras governamentais (CATMAT) e as especificações constantes deste edital, **prevalecerão a do edital.**

**6.7** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na concessão.

**6.8** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.9** O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.10** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar o valor da outorga estabelecida neste Edital.

**7. Da abertura da sessão pública**

**7.1** A partir das **09h do dia 11 de setembro de 2024**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), será aberta por comando do Agente de Contratação, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

**7.2** A comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.3** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.4** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.5** Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

## **8. Da formulação dos lances**

### **8.1** Será adotado para o envio de lances o modo de **disputa aberto**.

**8.1.1** A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**8.1.2** O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)** tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

**8.1.3** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **Agente de Contratação** poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

**8.1.3.1** Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o **Agente de Contratação** decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

**8.1.3.2** Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as **licitantes** serão convocadas para apresentar lances intermediários.

**8.1.3.3** Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

**8.2** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

**8.3** Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.

**8.4** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**8.20** O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

**8.21** Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.



**8.22** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.6** O critério de julgamento para a presente contratação será o de **MAIOR VALOR DE OUTORGA A SER PAGO AO PODER CONCEDENTE- MAIOR LANCE/OFERTA** do valor da OUTORGA.

**8.6.1** Em razão da plataforma do Portal compras.gov não suportar o critério de julgamento Maior Lance ou Oferta na modalidade Concorrência, isto é, não admitir o registro de valores crescentes, a sistemática do julgamento se dará com o cômputo dos lances em valores inversamente proporcionais, onde cada lance de “desconto” será considerado como acréscimo, na seguinte conformidade:

**8.6.1.1.** O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o percentual de desconto sobre 100 (cem), que será convertido no valor da oferta, sendo o percentual de desconto ofertado levado a efeito para a fase de lances

$$\text{Oferta} = (D \times 5.171.233,60) \times 100$$

Em que: D = percentual de desconto ofertado.

**8.6.1.2.** A fim de esclarecer o modelo adotado para esta concorrência, seguem exemplos de lances ofertados e seu significado prático:

**a) Percentual de desconto ofertado de 1%:**

$$\text{Oferta} = (1/100 \times 5.171.233,60) \times 100 \text{ Oferta} = \text{R\$ } 5.171.233,60$$

O licitante ofertou o lance de **R\$ 5.171.233,60**

**b) Percentual de desconto ofertado de 1,01%:**

$$\text{Oferta} = (1,01/100 \times 5.171.233,60) \times 100 \text{ Oferta} = \text{R\$ } 5.222.945,94$$

O licitante ofertou o lance de **R\$ 5.222.945,94**

**8.6.2** O percentual de desconto ofertado será o critério adotado para classificação e julgamento das propostas no sistema Compras.gov, demonstrando o quanto o licitante dispõe a pagar, de modo que, conforme exemplos citados, o licitante que ofertar 1% demonstra a intenção de pagar **R\$ 5.171.233,60** o que oferta 1,01% demonstra a intenção de pagar **R\$ 5.222.945,94**, ou seja:

Desconto ofertado (%)	Valor do Lance
1,00	R\$5.171.233,60
1,001	R\$5.176.404,83
1,002	R\$5.181.576,07



(...)	(...)
1,01	R\$ 5.222.945,94
1,011	R\$5.228.117,17
1,012	R\$5.233.288,40
(...)	(...)
1,02	R\$5.274.658,27
1,03	R\$5.326.370,61
1,04	R\$5.378.082,94
1,05	R\$5.429.795,28

**8.7 No momento da disputa dos lances, o valor total sofrerá decréscimos. No entanto, trata-se de valor simbólico em razão do critério de julgamento ser MAIOR LANCE OU OFERTA.**

**8.8** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

**8.9** Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.

**8.10** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**8.11** O Agente de Contratação poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

**8.12** Realizada a diligência, o Agente de Contratação notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

**8.13** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.14** Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

**8.14.1** Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

**8.14.2** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.



**8.14.3** Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**8.15** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.

**8.15.1** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

## **9. Negociação**

**9.1** Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**9.2** O agente de contratação poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**9.3** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **10. Envio da proposta de preços**

**10.1** A proposta de preços equalizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares exigíveis para essa etapa ou quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, em até 2 (duas) horas.

**10.1.1** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Agente de Contratação, ambas as opções devidamente justificadas.

**10.2** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**10.3** A proposta deverá conter:

**10.3.1** Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;



**10.3.2** Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**10.3.3** Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

**10.3.4** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **180 (cento e oitenta) dias**, contados da data de abertura da licitação.

**10.4** A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

**10.5** A apresentação da proposta implicará:

**10.5.1** Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

**10.5.2** Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana.

## **11. Descritivo da proposta**

**11.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada lote da licitação, o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional, e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**11.1.1** A proposta definitiva deverá observar o **MAIOR VALOR DE OUTORGA A SER PAGO AO PODER CONCEDENTE**, fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação.

**11.1.2** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o Agente de Contratação poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**11.2** Para a Proposta de Preços o licitante arrematante, por meio de sistema eletrônico, deverá entregar:



**11.2.1** A Carta Proposta de Preços, conforme **Anexo I**, deverá conter as seguintes informações:

**11.2.1.1** Preço total final proposto, cotado em reais, em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, e ainda de acordo com o item 5.0 e seus subitens da Minuta do Contrato, conforme **anexo IV**.

**11.2.1.2** Prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação.

**11.2.1.3** Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF.

**11.2.1.4** Razão Social e CNPJ do licitante.

**11.2.1.5** Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último.

**11.2.1.6** No arredondamento do cálculo do preço a ser apresentado na Carta proposta, deverá ser considerado somente duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais.

**11.3** Considera-se como representante legal qualquer pessoa credenciada pelo licitante, mediante Contrato, procuração ou documento equivalente.

**11.3.1** Observação: cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

**11.4** A apresentação dos documentos solicitados neste edital faz prova de que o licitante arrematante:

**11.4.1** Tomou conhecimento de todas as informações, elementos técnicos instrutores e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação.

**11.4.2** Aceitou os termos deste Edital.

**11.4.3** Sendo vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços a serem contratados.

**11.5** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Empresa Contratada.

**11.6** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**11.7** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar o **MAIOR VALOR DE OUTORGA A SER PAGO AO PODER CONCEDENTE** estabelecido neste Edital.

**11.8** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a



integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas, conforme **anexo I**.

## **12. Julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora**

**12.1** Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/21, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação.

**12.2** No caso de constatação de falta de condição de participação, o licitante será excluído do certame.

**12.3** Confirmadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor para a contratação.

**12.4** A comissão de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana ou do Município de Apucarana ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**12.5** No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.6** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**12.7** A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar minoração de seu valor global.

**12.8** Serão também desclassificadas as propostas:

**12.8.1** Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;





**12.8.2** Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

**12.8.3** Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

**12.8.4** Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

**12.8.5** Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

**12.9** Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Agente de Contratação examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**12.10** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### **13. Habilitação**

**13.1** Para a habilitação dos licitantes será exigida a documentação relativa:

**13.1.1** À habilitação jurídica;

**13.1.2** À qualificação técnica;

**13.1.3** À qualificação econômico-financeira;

**13.1.4** À regularidade fiscal e trabalhista;

**13.1.5** Declarações em geral.

**13.2** Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

**13.2.1** No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**13.2.2** No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**13.2.3** Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



**13.2.4** Ato constitutivo, incluindo, se houver, as alterações realizadas desde a última consolidação, bem como a comprovação da designação/eleição dos administradores em exercício, todos devidamente registrados perante o órgão competente.

**13.2.4.1** Caso a LICITANTE seja uma fundação, deverá ser apresentado, em acréscimo aos documentos elencados no item 12.2.4, a comprovação de que as alterações do ato constitutivo foram aprovadas pelo Ministério Público, se for o caso.

**13.3** Documentos relativos à **qualificação técnica**:

**13.3.1** Demonstrar por meio de atestados emitidos por entidades públicas ou privadas, contendo um **período mínimo de 3 (três) anos**, os seguintes documentos:

**13.3.1.1** Experiência prática na gestão de Hospitais e Gestão de Pronto Socorro com no mínimo 50 (cinquenta) leitos;

**13.3.1.2** Atendimento de urgência/emergência Pediátrica;

**13.3.1.3** Gestão de Serviços Hospitalares em Salas Cirúrgicas e Anestesiologia;

**13.3.1.4** Atendimento Ambulatorial Médico Especializado e Exames Diagnóstico, que comprovem a execução de serviço compatível ou similar juntamente com CNES.

**Justificativa:** Evidenciar a expertise no planejamento, implantação, gestão e operacionalização desses serviços, comprovando a habilidade na administração de leitos, gestão de linha de cuidado progressiva de acordo com a condição clínica e complexidade do cuidado ao paciente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas Portarias estabelecidas pelo Ministério da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

**13.3.1.2** A experiência de 3 (três) anos previsto no caput do item 14.3.1 somente poderá ser comprovado através de cópias de contratos e registro no Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde/CNES.

**13.3.1.2.1** As especialidades deverão ser comprovadas de acordo com o código/descrição do CNES para cada uma das especialidades contidas neste edital, a serem expedidas pelo sistema CNES ou equivalente do Ministério da Saúde/DataSUS e passíveis de consulta aberta, a saber:

- A) Cirurgia Geral
- B) Otorrino
- C) Vascular
- D) Ginecologia
- E) Oftalmologia



F) Ortopedia

G) Pediatria

**13.3.1.2.2** Para as especialidades que possuam mais que uma habilitação/código CNES, o licitante deverá comprovar possuir no mínimo uma qualificação.

**13.3.1.2.3** Na hipótese de a LICITANTE apresentar atestados(s) de comprovação de atividades (s) na(s) qual(is) tenha atuado como consorciada, serão aplicadas as regras previstas no art. 67, §§ 10 e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.3.1.2.4** Os atestados poderão se referir a atividades em andamento, desde que os quantitativos e as características técnicas do objeto já realizado sejam compatíveis com as exigências deste item.

**13.3.1.2.5** Serão admitidos, para efeito da comprovação da qualificação exigida no item 12.3.1, os atestados emitidos em nome de CONTROLADA ou COLIGADA.

**13.3.1.2.6** O(s) atestado(s) exigidos pelo item 14.3.1 deverá(ão) apresentar, de forma clara e inequívoca, as informações exigidas ao longo deste item, e deverá(ão) conter, no mínimo, as informações indicadas nas alíneas (a) a (f) a seguir, sendo as informações indicadas nas alíneas (g) e (h) exigíveis apenas para fins do item 14.3.1.2.3:

- a) atividades e serviços objeto do atestado;
- b) características das atividades e serviços desenvolvidos;
- c) local de realização das atividades e serviços;
- d) datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
- e) razão social do emitente;
- f) nome e identificação do signatário;
- g) datas de início e término da participação da LICITANTE no consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio; e
- h) descrição das atividades exercidas pela LICITANTE, quando as atividades ou serviços tiverem sido desempenhadas por consórcio, bem como informação do percentual detido pela LICITANTE no consórcio.

**13.3.2** Caso a licitante seja Pessoa Jurídica de Direito Privado sem Fins Lucrativos reconhecida como entidade beneficente de assistência social com a finalidade de prestação de serviços na área de saúde, deverá apresentar Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde (CEBAS).



**13.3.3** Inscrição e Regularidade no Conselho Regional de Medicina da entidade e do responsável técnico;

**13.3.3.1** Comprovação de que a licitante possui, no seu quadro diretivo funcional, Responsável Técnico (Médico), detentor de atestado(s) emitido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de Direito Público ou Privado registrado(s) no Conselho Regional de Medicina, que comprove a atuação em serviços de saúde;

**13.3.4** Atestado de capacidade gerencial, fornecidos pelo tomador do serviço, com período de no mínimo 12 (doze) meses de gestão, deverão conter, obrigatoriamente, o número total de leitos da respectiva unidade hospitalar.

**13.4** Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

**13.4.1** Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**13.4.2** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação de proposta, pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV) ocorrida no período, ou de outro indicador que o venha substituir, comprovando que a licitante possui boa situação financeira, avaliada pelos índices de: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um);

**13.4.2.1** Os documentos exigidos nesse subitem, quando forem próprios, deverão ser assinados pelo representante legal do licitante e pelo seu contador ou, quando publicados em Órgão de Imprensa Oficial, deverão permitir a identificação do veículo e da data de sua publicação e conter o nome do contador e o número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade;

**13.4.3** As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, poderão apresentar a ECD, para os fins previstos no subitem 14.4.2 deste Termo de Referência;



**13.4.4** No caso de entidade constituída há menos de 1 (um) ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período da existência da sociedade;

**13.4.5** A composição da boa situação financeira da entidade será verificada por meio do cálculo do índice contábil da entidade a ser entregue, apresentados na forma da Lei, considerando-se habilitadas as licitantes que apresentarem os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais a 1 (um), extraídos das seguintes fórmulas:

**Liquidez Geral:**  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$

**Solvência Geral:**  $\frac{\text{Ativo Total}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$

**Liquidez Corrente:**  $\frac{\text{Ativo Circulante}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante}}$

**13.4.5.1** Os índices estabelecidos atendem à legislação, uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da entidade de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das entidades e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

**13.5** Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista;**

**13.5.1** Comprovação de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

**13.5.2** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;



**13.5.3** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

**13.5.4** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**13.5.5** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

**13.5.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

**13.5.7** Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

**13.6** Em relação às **Declarações em geral**.

**13.6.1** O edital deverá exigir as seguintes declarações:

- I) Declaração de Pleno Conhecimento e Aceitação do Edital;
- II) Declaração de Disponibilidade de Recursos Humanos;
- III) Relação De Profissionais Imprescindíveis Por Serviço/Categoria;
- IV) Dimensionamento do Quadro De Pessoal;
- V) Declarações ausência de vínculo com a Autarquia Municipal de Saúde;
- VI) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, declarando que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (em atendimento ao inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/2021);
- VII) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas (em atendimento ao inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021);
- VIII) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição



Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

IX) Declaração do atestado de visita.

### **13.7 Da vistoria**

**13.7.1** A Licitante poderá realizar visita técnica nas instalações do Hospital Municipal de Apucarana, previamente agendada a qual será confirmada por e-mail, devendo ser solicitada até 7 (sete) dias antes do Certame Licitatório, e realizada até 5 (cinco) dias antes do Certame Licitatório, no horário de expediente desta Autarquia, constando os nomes dos prepostos legais da Licitante que realizarão a visita e será acompanhado por representante da Autarquia Municipal de Saúde.

**13.7.2** O atestado de visita poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste que conhece as condições locais para execução do objeto e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. A declaração deverá ser assinada em conjunto com por Diretor/ Presidente/ Administrador da Licitante ou por profissional de saúde com registro no respectivo Conselho.

### **14. Encaminhamento da documentação de habilitação**

**14.1** Os documentos de habilitação não abrangidos pelo SICAF ou desatualizados nos cadastros anteriores, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação.

**14.1.1** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Agente de Contratação, ambas as opções devidamente justificadas.

**14.2** A verificação, pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

### **15. Verificação da documentação de habilitação**

**15.1** Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Agente de Contratação o declarará vencedor.



**15.2** Ocorrendo à inabilitação, o Agente de Contratação convocará o autor do segundo **MAIOR VALOR DE OUTORGA** e, se necessário, observada a ordem decrescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

## **16. Dos Recursos Administrativos**

**16.1** Após as etapas de julgamento, o sistema abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer.

**16.2** Registrada a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**16.3** Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**16.4** Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Agente de Contratação terá até 03 (três) dias úteis para:

**16.4.1** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

**16.4.2** Motivadamente, reconsiderar a decisão;

**16.4.3** Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá até 10 (dez) dias úteis para decidir.

**16.4.4** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.5** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

**16.6** Não havendo recurso, o Agente de Contratação encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação.

**16.7** A publicidade do julgamento dos eventuais recursos será no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, site: [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br).





## **17. Assinatura do contrato**

**17.1** Após a homologação da licitação, o contrato será enviado ao licitante vencedor para assinatura.

**17.2** Para a assinatura do contrato será exigido a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**17.3** Farão parte do contrato, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste Edital.

**17.4** O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do contrato, para devolvê-la assinado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**17.5** O prazo para devolução do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana.

**17.6** A pessoa que assinar o contrato deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

**17.7** Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar o contrato, executar o objeto, ou quando não fizer a comprovação referida no item anterior, a Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração.

## **18. Adjudicação e homologação**

**18.1** Examinada a aceitabilidade da proposta e a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado pelo Agente de Contratação à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

## **19. Contrato, recebimento**



**19.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**19.2** Para a assinatura do Contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**19.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, [www.cadin.pr.gov.br](http://www.cadin.pr.gov.br), assim como Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal da União, [www.certidoes-apf.apps.tcu.gov.br](http://www.certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

**19.4** O adjudicatário deverá assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa idônea aprovado pelo órgão licitante, contados a partir do recebimento do aviso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**19.5** Caso a CONTRATUALIZAÇÃO que viabilize a prestação dos serviços de saúde de forma gratuita não seja formalizada dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do CONTRATO, este poderá ser extinto, por iniciativa de qualquer das PARTES.

**19.6** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**19.7.** No ato da assinatura, a Empresa Contratada fica obrigada a apresentar:

**19.7.1** Comprovação das condições de habilitação do Edital, conforme **anexo II**, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato.

**19.7.2** Inventário inicial – realizado antes da assinatura do contrato junto com o PODER CONCEDENTE;

**19.8** O Contratado deverá comprovar o vínculo jurídico de toda a equipe técnica por meio da apresentação de documentos.

**19.9** Os profissionais indicados pelo Licitante deverão participar dos serviços objeto desta licitação, de acordo com o disposto no § 6.º do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e atos normativos dos respectivos conselhos profissionais.

## **20. Subcontratação**



**20.1** Em caso de subcontratação do objeto do contrato, a contratada deverá respeitar os seguintes artigos da Lei 14.133/21:

*“Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:*

*(...)*

*IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”*

*“Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.*

*(...)*

*§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que Página 53 de 55 desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”*

## **21. Sanções**

**21.1** De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - impedimento de licitar e contratar;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**§1º** Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**§2º** As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, hipótese em que serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

**§3º** A autoridade julgadora, mediante ato motivado e sob os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, poderá agravar, abrandar ou isentar a aplicação das penalidades, adotar prazo ou percentual diverso de que trata o Decreto Municipal.

**21.2** A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgamento e aplicação das sanções administrativas serão das seguintes autoridades:

I - a sanção prevista no inciso I do caput do Artigo 289 deste Decreto, será do gestor do contrato ou da autoridade máxima do órgão ou entidade municipal;

II - as sanções previstas nos incisos II, III do caput do Artigo 289 do Decreto Municipal, serão do Procurador Geral do Município ou da Autoridade Máxima da entidade municipal, quando for o caso;

III - a sanção prevista no inciso IV do caput do Artigo 289 do Decreto Municipal será da Autoridade Máxima do órgão ou da entidade municipal, sendo que, neste caso, no âmbito da Administração Direta, a instauração e o processamento serão feitos na Procuradoria Jurídica do Município, e, ao final, remetidos os autos para julgamento pela Autoridade Máxima do órgão.

**§1º** A aplicação das sanções administrativas previstas em Lei não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**§2º** Para a aplicação das penalidades administrativas, necessário prévio parecer jurídico, podendo ser dispensado nos casos das sanções de advertência e multa.

**21.3** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.



**§1º** Não se aplica a regra prevista no caput deste artigo se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

**§2º** O disposto neste artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

#### **Da advertência**

**21.4** A sanção de advertência, que consiste em comunicação formal ao contratado, será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**22.4.1** Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração Pública.

#### **Da multa**

**21.5** A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.

**§1º** A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Decreto.

**§2º** Nos casos em que o valor do contrato seja irrisório ou sem custos para a Administração Pública Municipal, deverá ser fixado no edital e no próprio contrato um valor de referência devidamente motivado para a aplicação de eventuais multas.

**21.6** O contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos do



Decreto, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

**I** - multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

**II** - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

**III** - multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

**a)** deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

**b)** desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;

**c)** tumultuar a sessão pública da licitação;

**d)** descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

**e)** propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

**f)** deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do Município, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;

**g)** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

**h)** propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e

**i)** outras situações de natureza correlatas.



**IV** - multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a)** deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b)** permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c)** deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração Pública Municipal, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d)** deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e)** não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f)** manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g)** utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h)** tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i)** deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j)** deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração Pública Municipal;
- k)** deixar de repor funcionários faltosos;
- l)** deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m)** deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n)** deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o)** deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- p)** outras situações de natureza correlatas.

**V** - multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto



contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

**VI** - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato.

**§1º** Se a recusa em assinar o contrato a que se refere o inciso II do caput do artigo 298 do Decreto Municipal 936/2023 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade julgadora poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**§2º** Os atos convocatórios e os contratos poderão dispor de outras hipóteses de multa, desde que justificadas pelo respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, dentro dos limites estabelecidos no caput do Artigo 293 do Decreto.

**§3º** O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias contínuos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.

**§4º** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

**§5º** No caso de prestações continuadas, a multa de 5% (cinco por cento) de que trata o inciso V do caput deste artigo será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.

**§6º** A aplicação das multas previstas nesta subseção não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**21.7** Na hipótese de deixar o licitante ou contratado de pagar a multa aplicada a tempo e o modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

**I** - se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subseqüentes ao mês do inadimplemento, responderá o licitante ou contratado pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

**II** - inexistindo faturas subseqüentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;





III – impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II do caput do artigo, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa e posteriormente, encaminhado para cobrança judicial.

**21.8** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas no ato do respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal contratante.

**Do impedimento de licitar**

**21.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VII - outras situações de natureza correlatas.

**§1º** Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; ou

II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública.

**§2º** Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, o adjudicatário ou contratado será notificado para apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência, a justificativa para o descumprimento do contrato.

**§3º** A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, Agente de Contratação ou comissão de licitação; e a apresentada pela



contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, mediante ato motivado, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade superior competente.

**§4º** Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo para a apuração de responsabilidade, salvo quando não for ele a autoridade instauradora e julgadora.

**§5º** Preliminarmente ao encaminhamento à instauração do processo de que trata o § 4º poderá a autoridade máxima do órgão ou entidade conceder prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

**§6º** A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Apucarana, pelo prazo máximo de 3 (três) anos a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

#### **Da declaração de inidoneidade**

**21.10** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

VI - outras situações de natureza correlatas.

**§1º** A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento aos órgãos de controle da Administração Pública competente e, quando couber, à Procuradoria Jurídica do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

**§2º** A sanção prevista no caput deste artigo, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e



indireta do município de Apucarana, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

## **22. Revogação e anulação**

**22.1** Fica assegurado à Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**22.2** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

**22.3** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

**22.4** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

**22.5** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## **23. Disposições gerais**

**23.1** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação. A Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.2** É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no Artigo 64 da Lei Federal nº14.133/21.

**23.3** A Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.

**23.4** Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

**23.5** Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, que decidirá com base na legislação vigente.



**23.6** Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

**23.7** Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, observar-se-á o disposto no Artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

**23.8** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**23.9** Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

a) **“Prática corrupta”**: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;

b) **“Prática fraudulenta”**: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;

c) **“Prática colusivas”**: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“Prática coercitiva”**: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata;

e) **“Prática obstrutiva”**: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do **Contrato**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Autarquia de Saúde.

**23.10** Fica eleito o foro da Comarca de Apucarana para dirimir as dúvidas ou questões oriundas da presente concorrência.

**23.11** Integram o presente Edital:

**Anexo I: Modelo de Proposta de Preço;**

**Anexo II: Modelo da declaração de cumprimento das exigências legais e constitucionais;**

**Anexo III: Modelo do termo de ciência das condições locais (vistoria);**



**Anexo IV: Minuta do Contrato;**

**Anexo V: Termo de Referência;**

**Anexo VI: Estudo Técnico Preliminar;**

**Município de Apucarana, 23 de julho de 2024.**

Emidio Alberto Bachiega

**Diretor Presidente**

**Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana**

**Comissão Permanente de Licitação**



**Anexo I**

**MODELO DA CARTA PROPOSTA DE PREÇOS**

**À**

**Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana/PR**

**Referência:** Concorrência Eletrônica nº 01/2024

**Objeto:** Concessão onerosa de uso do bem público onde funcionará o Hospital Municipal de Apucarana, incluídas as benfeitorias e dependências nele existente.

A Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF XXXXXXXXX, com sede na Cidade de XXXXXXX, Estado do XX, sito XXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXX, CEP XXXXXXX, Telefone XXXXXXX, E-mail XXXXXXX, propõe à Prefeitura do Município de Apucarana a execução do objeto da Licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o edital, o contrato e os anexos da licitação em referência.

**1)** O preço proposto é de: **R\$ XXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXX)**, somatório do valor da OUTORGA a ser paga ao longo da CONCESSÃO DE USO (**R\$ XXXXXXX**), e dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS (**R\$ XXXXXXX**), a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA

**2)** O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura dos Envelopes da Licitação.

Se vencedora da licitação, assinará o Contrato Administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a): XXXXXXX, portador(a) do CPF: XXXXXXX. Responsável técnico pelos serviços: XXXXXXX, Título XXXXXXX, CRM/n.º XXXXXXX.

**Município de XXXXXXX, XX de XXXXX de 20xx.**

**Assinado eletronicamente  
Representante Legal da Empresa**

**Obs.:** Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso.



**Anexo II**

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS**

À

**Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana/PR**

**Referência:** Concorrência Eletrônica nº 01/2024

**Objeto:** Concessão onerosa de uso do bem público onde funcionará o Hospital Municipal de Apucarana, incluídas as benfeitorias e dependências nele existente. Terá como finalidade a prestação de serviços médicos e hospitalares necessários a população na modalidade 100% SUS.

O Signatário da presente, XXXXXXXXXX CPF nº XXXXXXXXXX, representante legal, em nome da Empresa XXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXX, declara:

1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos documentos dela componentes.

2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação.

3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que a mesma se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação.

4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação.

5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:

6.1) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.2) Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar.

8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Agente de Contratação ou sua Equipe de Apoio, no prazo que o mesmo estipular.

9) Que se compromete a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CRM/PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação e que, após 180 (cento e oitenta) dias do início do contrato, efetuará o seu registro no referido Conselho.

10) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

11) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos. (Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, deverá fazer a ressalva).

12) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

13) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

**Município de XXXXXX, XX de XXXXX de 2024.**

**Assinado eletronicamente  
Representante Legal da Empresa**





**MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS (VISTORIA)**

**À**

**Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana/PR**

**Referência:** Concorrência Eletrônica nº 01/2024

**Objeto:** Concessão onerosa de uso do bem público onde funcionará o Hospital Municipal de Apucarana, incluídas as benfeitorias e dependências nele existente.

A Empresa XXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede no Município de XXXXXX, Estado do XX, localizada à Rua XXXXXXXX, nº XXXX, CEP XXXXXXXXXXXX, Fone XXXXXXXX, E-mail XXXXXXXXXXXXXXXX, declara o abaixo:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

**Município de XXXXXX, XX de XXXXX de 20xx.**

**Assinatura do Responsável Técnico da Licitante**

**Nome**

**Anexo IV**

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2024	
Processo Administrativo nº 45668/2024	Concorrência Eletrônica nº 01/2024

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal Nº 936, de 19 de Dezembro 2023, bem como a gerência do Hospital obedecerá rigorosamente rol de leis e normas sanitárias disposto nos seguintes documentos observando suas atualizações:

1. Lei 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde;
2. Lei 8.142/90 – Define Formas de Financiamento e Controle Social do SUS;
3. Decreto nº. 7.508, de 28 de junho de 2011 - Regulamenta a Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS;
4. Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS) – define critérios e parâmetros de caráter qualitativos;
5. Lei 9.431/97 – versa sobre a obrigatoriedade de manutenção de Programa de Controle da Infecção Hospitalar (PCIH) e constituição de Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) nas Unidades Hospitalares;
6. Portaria GM/MS nº. 2.616 de 12 de maio de 1998 – estabelece as diretrizes e normas para prevenção e controle das infecções hospitalares, inclusive criação e organização da CCIH (agora com o nome amplo de Controle de Infecção em Serviços de Saúde) e manutenção de Vigilância Epidemiológica e Indicadores Epidemiológicos das Infecções Hospitalares;
7. Portaria GM/MS nº. 67 de 21/02/1985 – define uso e condições sobre o uso de saneantes e domissanitários (esta sofreu várias alterações e inclusões através das Portarias: nº. 01/DISAD - 27/06/85; nº. 607 - 23/08/85; nº. 15/MS/SVS - 23/08/88; nº. 05 - 13/11/89; nº. 122 - 29/11/93; nº. 453/SNVS/DTN - 11/09/96; nº. 843/MS/SVS - 26/10/98);
8. Lei nº. 8.096 de 14 de julho de 1990 - que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
9. RDC nº. 306, de 7 de dezembro de 2004 que complementa a RDC 50/2002 e substitui a Portaria 1884 de 11/11/1994 – Estabelece normas destinadas ao exame e aprovação dos Projetos Físicos de Estabelecimentos de Assistenciais de Saúde.



- Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
10. Portaria GM/MS nº 2349, de 14 de setembro de 2017, que aprova a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos elaborada em 2017, pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), do Ministério da Saúde;
  11. Portaria SAS nº. 312, de 30 de abril de 2002. Estabelece, para utilização nos hospitais integrantes do SUS, a padronização da nomenclatura do censo hospitalar;
  12. Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe da Política Nacional de Regulação dos Sistema Único de Saúde, que dispõe da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, instituída pela Resolução CNS nº 388, de 06 de maio de 2004;
  13. Portaria de Consolidação nº 3 GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde, no âmbito do SUS;
  14. Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, Capítulo II, que dispõe das ações de Vigilância Epidemiológica Hospitalar;
  15. Decreto nº. 11.935, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a política estadual de assistência farmacêutica e dá outras providências;
  16. Resolução nº. 338, de 06 de maio de 2004. Institui a política nacional de assistência farmacêutica;
  17. Resolução RDC nº. 36, de 25 de julho de 2013 – institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde;
  18. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005 - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;
  19. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados;
  20. Portaria GM/MS Nº 1.370, de 28 de setembro de 2023, que altera o art. 9º da Portaria GM/MS nº 90, de 3 de fevereiro de 2023, que institui o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas.
  21. Lei Municipal nº 33/2024, de 17 de maio de 2024, publicada na Edição 9768, do Diário Oficial do Município do dia 20 de maio de 2024 que autoriza o chefe do Poder Executivo a conceder o uso a título oneroso de imóvel de propriedade do Município de Apucarana que especifica e dá outras providências, a entidade a ser selecionada



mediante regular processo licitatório, com Concorrência a ser realizado por este Município.

**22. Resolução SESA nº 165/2016.**

E pelas cláusulas e condições seguintes:

**Cláusula Primeira: Das Partes**

**1.1** Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, a **Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada na Rua Antônio José de Oliveira, nº 293, barra funda, CEP 86800-260, Apucarana, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 78.956.513/0001-68, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo senhor diretor presidente, **Emídio Alberto Bachiega**, brasileiro, casado, residente à Rua Cruzeiro do Sul, nº 233, Vale do Sol, CEP 86.803-060, neste município, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 019.381.369-69 e Cédula de Identidade nº 5.733.562-9-SSP/PR, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, denominada **CONCESSIONÁRIA** situada à XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, portadora do CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, contato: XXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, residente à XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, Município de XXXXXX, Estado do XX, CEP XXXXXXXX, portador do Cadastro de Pessoa Física nº XXXXXXXXXXXX e Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, convencionam e mutuamente estipulam o seguinte:

**Cláusula Segunda: Do Objeto**

**2.1** Concessão onerosa de uso do bem público onde funcionará o Hospital Municipal de Apucarana, incluídas as benfeitorias e dependências nele existente. Terá como finalidade a prestação de serviços médicos e hospitalares necessários a população na modalidade 100% SUS.

**2.2** As características e especificações referentes à execução do objeto são as indicadas neste CONTRATO e no TERMO DE REFERÊNCIA.

**2.3** O local a ser concedido é o futuro Hospital Municipal de Apucarana, localizado a Rua Miguel Simeão, nº 69, LOTE DE TERRAS SOB NR. "HAI", com área de 3.710,30m<sup>2</sup>, da planta sede do Município de Apucarana, contendo uma área construída de 4.062,88 m<sup>2</sup> após a conclusão da obra. O objeto da Matrícula nº 51.896 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Apucarana.



**Cláusula Terceira: Do prazo**

**3.1.** A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com o Plano Operativo Anual – POA, bem como da manutenção integral do Hospital Municipal e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização de ditos trabalhos.

**3.2.** Dentro do período de vigência da outorga será obrigatória a execução de todos os serviços e quantitativos constantes.

**3.3** Constatados o atendimento pleno às exigências editalícias e a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o resultado do julgamento oferecido pela Comissão de Licitações e adjudicará o objeto do certame à entidade licitante vencedora, conforme disposto no Art. 71 inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

**3.4** A Concessão de uso do imóvel vigorará pelo prazo de **10 (dez) anos**, a contar de sua data de eficácia, podendo ser prorrogado por igual período, mediante termo aditivo, depois de demonstrada a consecução dos objetivos contratuais e das metas estabelecidas e, ainda, a indicação positiva da saúde financeira e orçamentária do estabelecimento hospitalar;

**3.5** O não cumprimento das responsabilidades e obrigações estabelecidas neste Contrato permitem que a PODER CONCEDENTE solicite a rescisão do Contrato de Concessão.

**3.6** Para todos os efeitos do presente CONTRATO, a DATA DE EFICÁCIA é aquela em que estiverem implementadas as seguintes condições:

**A)** divulgação do CONTRATO no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC);

**B)** a efetiva CONTRATUALIZAÇÃO, pela CONCESSIONÁRIA, da prestação dos SERVIÇOS ASSISTENCIAIS CONTRATUALIZADOS, na forma da legislação aplicável;

**C)** o cumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, das obrigações que lhe cabem para liberar o Hospital Municipal.

**D)** a obtenção, pelo PODER CONCEDENTE, e disponibilização à CONCESSIONÁRIA, do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e do “habite-se” referente ao Hospital Municipal.

**3.6.1** A operação dos SERVIÇOS HOSPITALARES pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do Hospital Municipal somente poderá ocorrer após a DATA DE EFICÁCIA.

**3.7** Caso a CONTRATUALIZAÇÃO que viabilize a prestação dos serviços de saúde de forma gratuita não seja formalizada dentro do prazo de 180 dias (cento e oitenta dias), contados da assinatura do CONTRATO, este poderá ser extinto, por iniciativa de qualquer das



PARTES.

**3.8** Após a celebração dos INSTRUMENTOS DE CONTRATUALIZAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá dar início à prestação dos SERVIÇOS ASSISTENCIAIS CONTRATUALIZADOS dentro do prazo de 90 dias (noventa dias), contados a partir da efetivação da CONTRATUALIZAÇÃO.

**3.8.1** Na hipótese de extinção da CONCESSÃO em razão do descumprimento da obrigação prevista na cláusula 3.6, o PODER CONCEDENTE fará jus à indenização, exceto quando o atraso no início das operações ocorrer por fato não imputável à CONCESSIONÁRIA.

**3.9** Caso o PODER CONCEDENTE não cumpra as providências que lhe cabem previstas na subcláusula 3.4, (c) em 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA, a seu exclusivo critério, poderá rescindi-lo, devendo o PODER CONCEDENTE indenizar a CONCESSIONÁRIA por eventual custo assumido até a extinção do CONTRATO, nos termos da subcláusula 3.8.

**3.10** As PARTES poderão acordar a prorrogação dos prazos estabelecidos nas subcláusulas 3.5 e 3.6 e 3.7.. O prazo de vigência da CONCESSÃO previsto na subcláusula 3.4 poderá ser prorrogado somente diante de situações extraordinárias, observados os limites previstos na legislação vigente.

**3.11 Cronograma implantação dos serviços após assinatura do contrato:**

SERVIÇO	PRAZO PARA A IMPLANTAÇÃO
Pronto Atendimento/Pronto Socorro	60 DIAS
Serviço auxiliares de Diagnose e terapia – SADT	90 DIAS
Atendimento ambulatorial de especialidades.	90 DIAS
Internamentos Clínicos	90 DIAS
Procedimentos cirúrgicos	Até 90 dias
Serviços de: copa/cozinha, lavanderia/rouparia, central de materiais/esterilização, central de admissão/equipamentos, necrotério, posto de enfermagem	90 DIAS
Atendimento referenciados	90 DIAS

#### **Cláusula Quarta: Do Regime de Execução**

**4.1** O regime de execução do presente contrato será o de **Maior valor de outorga a ser pago ao Poder Concedente.**



**Cláusula Quinta: Do Valor Contratual**

**5.1** O valor global da outorga do contrato é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

**5.1.1** O valor global perfaz corresponde ao somatório do valor da OUTORGA (xxxxxxxxxx) a ser paga ao longo da CONCESSÃO DE USO e dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS (xxxxxxxxxx) a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA.

**Cláusula sexta: Da garantia da contratação**

**6.1** De modo a garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas por força deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA manterá válida e atualizada, por todo o seu prazo de vigência, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, prestada como condição para a assinatura deste CONTRATO, correspondente a 1,5% do valor do CONTRATO.

**6.2** A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada anualmente, a contar da data da apresentação da primeira GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, conforme os mesmos parâmetros para reajuste da OUTORGA previstos na **subcláusula 19.2**, ou, na hipótese de sua extinção, pelo índice que vier a substituí-lo.

**6.3** A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser executada para:

**A)** o ressarcimento de custos e/ou despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE face a qualquer espécie de inadimplemento da CONCESSIONÁRIA;

**B)** o pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais, cuja quitação não ocorra em até 05 (cinco) dias úteis após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

**C)** reversão dos BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências e parâmetros previstos neste Termo de Referência;

**D)** declaração da caducidade da CONCESSÃO.

**6.3.1** Se o valor das multas eventualmente impostas à CONCESSIONÁRIA for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena da aplicação das demais penalidades previstas neste CONTRATO.

**6.4** Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá recompor o seu valor integral, observado prazo idêntico ao da subcláusula anterior.





**6.4.1** A recomposição de que trata a subcláusula anterior poderá ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA mediante complementação da garantia existente ou contratação de nova(s) garantia(s), de maneira que o valor total da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO seja sempre equivalente ao montante definido na subcláusula 21, sob pena de aplicação das demais penalidades previstas neste CONTRATO.

**6.5** A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO referida nesta cláusula poderá assumir qualquer das seguintes modalidades:

**A)** caução em moeda corrente do país;

**B)** caução em títulos da dívida pública brasileira, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo órgão competente;

**C)** seguro-garantia, fornecido por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, com a apresentação da respectiva certidão de regularidade da SUSEP, vigente; ou

**D)** fiança bancária, fornecida por instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil, com classificação em escala nacional superior ou igual a "Aa2.br", "brAA" ou "A(bra)", conforme divulgado pelas agências de risco Moody's, Standard & Poors ou Fitch, em favor do PODER CONCEDENTE.

**6.6** A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, devendo a CONCESSIONÁRIA promover as renovações e atualizações que forem necessárias à sua plena vigência durante o CONTRATO.

**6.7** As despesas referentes à prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, incluída a sua recomposição, serão de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

**6.8** Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência de, no mínimo, 12 (doze) meses, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONCESSIONÁRIA, vinculada à reavaliação do risco.

**6.9** Na hipótese de não ser possível prever tal renovação de obrigações na respectiva apólice, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar nova GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

**6.10** A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.





**6.11** No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO de valor e condições equivalentes, para aprovação do PODER CONCEDENTE, até 05 (cinco) dias úteis antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caducidade da CONCESSÃO.

**6.12** Sempre que se verificar o reajuste do valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá complementá-la, no prazo de 10 (dez) dias, de modo a manter inalterada a proporção fixada nesta cláusula, sob pena de caracterizar-se inadimplência da CONCESSIONÁRIA e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

**6.13** A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

**6.14** A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, observado o montante mínimo definido nas subcláusula 6.1 deverá permanecer em vigor por 1 (um) ano após o encerramento da vigência do CONTRATO, ou até que seja atestado o pleno cumprimento de todas as obrigações da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE, o que ocorrer primeiro.

**6.15** A restituição ou liberação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da CONCESSIONÁRIA, bem como da entrega dos BENS REVERSÍVEIS em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

#### **Cláusula sétima: Dos Seguros**

**7.1** A CONCESSIONÁRIA deverá, durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO, contratar e manter com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à manutenção, guarda e custódia dos BENS DA CONCESSÃO e execução dos SERVIÇOS HOSPITALARES, conforme disponibilidade no mercado brasileiro e sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável.

**7.1.1** Os seguros contratados deverão ser revisados de forma a se compatibilizar com a necessidade de realização de adequações ou novos investimentos e observarão as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de seguros no Brasil, sendo vedada a imposição de procedimentos adicionais e/ou protelatórios ao pagamento dos valores garantidos;



**7.2** As apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente cláusula de recomposição automática dos valores segurados, de forma incondicionada, inclusive para a Seção de Responsabilidades Civil, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de Seguros no Brasil, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador, o que deve ser confirmado por carta encaminhada ao PODER CONCEDENTE e subscrita pela resseguradora.

**7.3** No caso de inexistência da cobertura e/ou da impossibilidade de recomposição automática e incondicionada dos valores que seriam objeto do seguro e/ou acionamento de cláusula de limite agregado da apólice, o PODER CONCEDENTE poderá demandar alternativas para assegurar as obrigações principais assumidas pela CONCESSIONÁRIA, as quais poderão ser estruturadas por meio de instrumento de contrato contendo disposições definidas pelo PODER CONCEDENTE ou sugeridas pela CONCESSIONÁRIA e aprovadas pelo PODER CONCEDENTE.

**7.4** Deverão ser contratados, pelo menos, os seguintes seguros:

**A)** Seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais cobrindo perda, destruição ou danos em todos ou em qualquer dos BENS REVERSÍVEIS, devendo tal seguro cobrir aquilo que se inclui, normalmente, de acordo com padrões internacionais para empreendimentos desta natureza, nas seguintes modalidades:

- I) danos patrimoniais;
- II) pequenas obras de engenharia;
- III) tumultos, vandalismos e atos dolosos;
- IV) incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- V) danos a equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);
- VI) roubo e furto qualificado (exceto de valores);
- VII) danos elétricos;
- VIII) vendaval e fumaça;
- IX) danos materiais causados aos equipamentos;
- X) danos causados a objetos de vidros;
- XI) acidentes de qualquer natureza; e
- XII) alagamento e inundação.

**B)** Seguro de responsabilidade civil:

I) danos causados a terceiros, incluindo, sem limitação, os referentes à guarda de veículos;



II) cobertura adicional para responsabilidade cruzada;  
III) acidentes de trabalho para os empregados envolvidos, conforme legislação em vigor; e

IV) danos decorrentes de poluição súbita.

**C)** Seguro de riscos de engenharia do tipo “todos os riscos” que deverão estar vigentes durante todo o período de execução dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS ou dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, conforme o caso, envolvendo a cobertura de quaisquer investimentos, custos e/ou despesas pertinentes às obras civis e à infraestrutura (construção instalações e montagem, englobando todos os testes de aceitação), bem como, no mínimo:

I) cobertura básica de riscos de engenharia;

II) danos ambientais causados pelas obras; e

III) danos patrimoniais.

**7.5** As coberturas de seguro previstas nesta cláusula deverão incluir cobertura de danos causados por evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR sempre que forem seguráveis.

**7.6** Todos os seguros contratados para os fins deste Contrato deverão ser contratados com seguradoras e resseguradoras autorizadas a operar no Brasil, apresentando ao PODER CONCEDENTE, sempre, Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir cada apólice.

**7.7** O PODER CONCEDENTE deverá figurar como cossegurado/beneficiário de todas as apólices de seguros contratadas pela CONCESSIONÁRIA, devendo autorizar previamente, qualquer modificação, cancelamento, suspensão ou substituição de qualquer seguro contratado pela CONCESSIONÁRIA, para os fins deste Contrato, devendo a CONCESSIONÁRIA se comprometer em manter as condições previamente autorizadas pelo PODER CONCEDENTE.

**7.8** Os valores cobertos pelos seguros deverão ser suficientes para reposição ou correção dos danos causados em caso de sinistro.

**7.9** Na contratação de seguros, a CONCESSIONÁRIA ainda deverá observar o seguinte:

**A)** Todas as apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses, à exceção de eventuais obras e/ou serviços de engenharia que tenham prazo de execução menor do que 12 (doze) meses;

**B)** A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, ao fim da vigência do seguro e caso não possua a nova apólice, certificado emitido pela respectiva seguradora confirmando que os riscos envolvidos foram colocados no mercado segurador, conforme período determinado e de



acordo com as coberturas e franquias solicitadas por ela, aguardando apenas a autorização da SUSEP para emissão da nova apólice;

**C)** A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da efetiva ocorrência, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquia ou redução de importâncias seguradas, observadas as situações previstas em lei;

**D)** A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral dos prêmios e da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO;

**E)** Eventuais diferenças entre os valores contratados e as indenizações de sinistros pagas não ensejarão direito a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e nem elidirão as obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO;

**F)** As diferenças mencionadas na alínea (e) acima também não poderão ser motivo para a não realização de qualquer INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO, inclusive reparos e manutenções que se mostrem necessários em função da ocorrência do sinistro, cujos valores não tenham sido cobertos integralmente pelas apólices.

**7.10** A CONCESSIONÁRIA poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices contratadas, para adequá-las conforme o desenvolvimento das atividades objeto do CONTRATO, sendo necessária, contudo, a prévia aprovação do PODER CONCEDENTE.

**7.11** As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente Contrato ou a regulação setorial, e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora de que conhece integralmente este Contrato, inclusive no que se refere aos limites dos direitos da CONCESSIONÁRIA.

**7.12** A CONCESSIONÁRIA assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissão decorrente da realização dos seguros de que trata este Contrato, inclusive para fins dos riscos assumidos.

**7.13** No caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE, independentemente da sua faculdade de decretar a intervenção ou a caducidade da CONCESSÃO nos termos deste Contrato, poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos,



correndo a totalidade dos custos às expensas da CONCESSIONÁRIA, que deverá reembolsar o PODER CONCEDENTE, conforme o caso, em 05 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação, sob pena de incidência de juros de mora correspondentes à variação proporcional ao tempo da taxa Selic, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo ressarcimento, sem prejuízo da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, para reembolsar os custos com a contratação do referido seguro, bem como da incidência das demais penalidades aplicáveis.

**Cláusula oitava: Do Modelo de Gestão do Contrato**

**8.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2** A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.

**8.3** São indicados para fiscalização:

**Gestor:** Servidor (a) **Emidio Alberto Bachiega**, Diretor Presidente AMS, portador(a) do CPF nº 019.381.369-69.

**Fiscal Administrativo:** Servidor (a) **Gabriel de Souza Merett**, portador(a) do CPF nº 082.315.619-27.

**Fiscal Setorial:** Servidor (a) **Patricia Olinto Suntack**, portador(a) do CPF nº 047.568.409-57.

**Fiscal Técnico:** Servidor (a) **Nelson Jorge Capelari**, portador(a) do CPF nº 677.302.135-15.

**8.4** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da outorga, prestação dos serviços e dos materiais e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Concedente, especialmente designados, na forma dos arts. 177 e 123 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.5** O representante da Concedente deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução da outorga, dos serviços e do contrato.

**8.6** A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este.

**8.7** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de



fiscalização, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**8.8** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Concessionária, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

### **Cláusula Nona: Da Execução**

#### **9.2 Da execução do serviço**

**9.2.1 Ambulatorial:** Para prestação dos serviços AMBULATORIAL proceder-se-á de acordo com o Plano Operativo Anual, que irá integrar o instrumento de contrato específico para prestação de serviço, onde deverão ser ofertados os seguintes atendimentos:

GRUPO	SUB GRUPO / PROCEDIMENTO	FÍSICO MENSAL	FÍSICO ANO
<b>GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA</b>	0202 - Diagnóstico por Laboratório	1.500	18.000
	0203 - Diagnóstico por anatomia patológica	30	360
	0204 - Diagnóstico por radiologia	450	5.400
	0205 - Diagnóstico por ultrassonografia	250	3.000
	0205 - Diagnóstico por ultrassonografia (DOPPLER)	150	1.800
	0209 - Diagnóstico por Endoscopia (Colonoscopia)	50	600
	0209 - Diagnóstico por Endoscopia (Endoscopia)	50	600
	0211 - Métodos diagnósticos em especialidades (Cardiologia)	50	600
	0211 - Métodos diagnóstico em especialidade - ECG	200	2.400
	0211 - Métodos diagnósticos em especialidade (Oftalmologia)	200	2.400
<b>GRUPO 03 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS</b>	03.01.01.007-2 Consulta Médica na Atenção Especializada nas seguintes especialidades: Ginecologia / Otorrino / Pediatria / Vascular / Angiologista / Cirurgião Geral / Vascular / Ortopedista / Dermatologia / Anestesiologista	1.800	21.600



	0301010048 Consulta De Profissionais De Nível Superior Na Atenção Especializada (Exceto Médico)	900	10.800
	0301060029 Atendimento De Urgência C/ Observação Ate 24 Horas Em Atenção Especializada	270	3.240
	0301060061 Atendimento De Urgência Em Atenção Especializada	630	7.560
	0301100012 Administração De Medicamentos Na Atenção Especializada	810	9.720
	030907 - Procedimentos Terapias Especializadas (Angiologia)	400	4.800
<b>GRUPO 04 - PROCEDIMENTOS CIRÚRGICO</b>	0401 - Pequenas Cirurgias	30	360
	0303 - Tratamento do Aparelho da Visão	100	1.201
	0409 - Cirurgia do aparelho geniturinário	20	240
<b>TOTAL</b>		<b>7.890</b>	<b>94.681</b>

**9.2.2 Hospitalar:** No âmbito hospitalar a prestação dos serviços proceder-se-á de acordo com o Plano Operativo Anual, que irá integrar o instrumento de contrato específico para prestação de serviço, onde deverão ser ofertados os seguintes serviços:

LEITO/ ESPECIALIDADE	SUB GRUPO / FORMA ORGANIZAÇÃO	Qtd. Leitos	CAPACIDADE INSTALADA			
			Média Permanência	Taxa Ocupação	Nº AIH MÊS	Nº AIH ANO
<b>CIRURGIA GERAL</b>	0407 - Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal (040701 - Esôfago, estômago e duodeno; 040703 - Pâncreas, baço, fígado e vias biliares; 040704 - Parede e cavidade abdominal)	10	1,80	0,80	135	1.620
<b>CIRURGIA OTORRINO</b>	0404- Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço (040401 Cirurgia das vias aéreas superiores e do pescoço)	4	1,50		97	1.164
<b>CIRURGIA PEDIÁTRICA</b>	0407 - Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal (040702 Intestinos , reto e anus) e 0409 - Cirurgia do	4	1,00		65	780





	aparelho geniturinário (040905 Pênis)					
<b>CIRURGIA GINECOLOGIA</b>	0409 - Cirurgia do aparelho geniturinário (040906 - Útero e anexos e 040907 - Vagina, vulva e períneo)	6	2,00		73	876
<b>CIRURGIA VASCULAR</b>	0406 Cirurgia do aparelho circulatório (040602 Cirurgia vascular)	4	2,50		39	468
<b>CIRURGIA ORTOPEDICA</b>	0408 Cirurgia do sistema osteomuscular: (040801 Cintura escapular; 040802 Membros superiores; 040804 Cintura pélvica; 040805 Membros inferiores e 040806 Gerais)	6	1,50		97	1.164
<b>CIRURGIA DERMATOLÓGICA</b>	0401 Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa (040102 Cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa)	4	1,00		97	1.164
<b>CIRURGIA OFTALMOLÓGICA</b>	0405 Cirurgia do aparelho da visão: (040501 Pálpebras e vias lacrimais; 040503 Corpo vítreo, retina, coróide e esclera e 040505 Conjuntiva, córnea, câmara anterior, íris, corpo ciliar e cristalino)	3	0,50		300	3.600
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>41</b>			<b>903</b>	<b>6.106</b>

### 9.2.3 Metodologia utilizada para estimativa das metas de produção Hospital Municipal de Apucarana.

**9.2.3.1 Assistência Hospitalar:** Para as metas relativas à internação hospitalar, considerou-se a capacidade instalada de leitos, por tipologia, aplicando uma Taxa de Ocupação Hospitalar de 80%, e a média de permanência considerando a série histórica do ano de 2023 realizada pelo município, obtendo os seguintes números:

#### CAPACIDADE INSTALADA DOS LEITOS HOSPITAL MUNICIPAL DE APUCARANA

LEITO/ESPECIALIDADE	QTDE	CAPACIDADE INSTALADA
---------------------	------	----------------------





	LEITOS	MÉDIA PERMANÊNCIA	TAXA OCUPAÇÃO	Nº AIH MÊS	Nº AIH ANO
CIRURGIA GERAL	10	1,80	0,80	135	1.620
CIRURGIA OTORRINO	4	1,50		97	1.164
CIRURGIA PEDIÁTRICA	4	1,00		65	780
CIRURGIA GINECOLÓGICA	6	2,00		73	876
CIRURGIA VASCULAR	4	2,50		39	468
CIRURGIA ORTOPÉDICA	6	1,50		97	1.164
CIRURGIA DERMATOLÓGICA	4	1,00		97	1.164
CIRURGIA OFTALMOLÓGICA	3	0,50		300	3.600
<b>SUB TOTAL LEITO HOSPITALAR</b>	<b>41</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>903</b>	<b>6.106</b>
LEITO OBSERVAÇÃO	4	N.A	N.A	N.A	N.A
SALA VERMELHA	2	N.A	N.A	N.A	N.A
<b>SUB TOTAL LEITO OBSERVAÇÃO</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
SRPA C/ 3 LEITOS	3	N.A	N.A	N.A	N.A
<b>LEITOS PEDIÁTRICOS</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>58</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**9.2.3.2 Assistência Ambulatorial:****PRODUÇÃO SIH/SUS NO MUNICÍPIO DE APUCARANA – ANO 2023****CIRURGIAS ELETIVAS COMO EXECUTOR – POR PROCEDIMENTO**

Procedimentos	Fisco	Financeiro	% Execução	VL Médio AIH
0409010065 CISTOLITOTOMIA E/OU RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA BEXIGA	82	45.114,99	19,52	550,18
0407030026 COLECISTECTOMIA	67	71.749,12	15,95	1.070,88
0407040102 HERNIOPLASTIA INGUINAL/CRURAL (UNILATERAL)	50	37.049,26	11,90	740,99
0409010170 INSTALAÇÃO ENDOSCÓPICA DE CATETER DUPLO J	29	14.359,50	6,90	495,16
0409050083 POSTECTOMIA	29	6.402,88	6,90	220,79
0407030034 COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	26	27.411,17	6,19	1.054,28
0407020284 HEMORROIDECTOMIA	25	8.271,10	5,95	330,84
0407040129 HERNIOPLASTIA UMBILICAL	25	11.549,95	5,95	462,00
0407040080 HERNIOPLASTIA INCISIONAL	16	10.381,30	3,81	648,83
0407030255 COLANGIOPANCREATOGRAFIA RETROGRADA ENDOSCÓPICA TERAP	11	22.715,67	2,62	2.065,06
0407040099 HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	9	7.052,94	2,14	783,66



0407020276 FISTULECTOMIA/ FISTULOTOMIA ANAL	6	2.387,30	1,43	397,88
0409040215 TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	5	1.349,65	1,19	269,93
0409010391 RETIRADA PERCUTANEA DE CALCULO URETERAL COM CATÉTER	4	2.658,64	0,95	664,66
0409020176 URETROTOMIA INTERNA	3	959,76	0,71	319,92
0409040142 ORQUIECTOMIA SUBCAPSULAR BILATERAL	3	2.131,01	0,71	710,34
0407020179 ENTERECTOMIA	2	5.365,92	0,48	2.682,96
04070202225 EXCIÇÃO DE LESÃO/ TUMOR ANU-RETAL	2	946,48	0,48	473,24
0407040064 HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	2	1.603,46	0,48	801,73
0409010596 URETEROLITOTRIPSIA TRANSURETEROSCOPICA	2	1.520,30	0,48	760,15
DEMAIS PROCEDIMENTOS	22	16.445,67	5,24	-
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>297.426,07</b>	<b>100,00</b>	<b>708,16</b>

Fonte: Tabsih/ Tabwin/ Datasus

**39 tipos de procedimentos eletivos realizados, acima os 20 com maior frequência.****PRODUÇÃO SIH/SUS NO MUNICÍPIO DE APUCARANA – ANO 2023****CIRURGIAS ELETIVAS COMO ENCAMINHADOR – POR PROCEDIMENTO**

Procedimentos	Fisco	Financeiro	% Execução	VL Médio AIH
0407030026 COLECISTECTOMIA	69	73.994,20	17,74	1.072,38
0409010065 CISTOLITOTOMIA E/OU RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA BEXIGA	53	29.173,11	13,62	550,44
0407040102 HERNIOPLASTIA INGUINAL/CRURAL (UNILATERAL	50	38.062,77	12,85	761,26
0409050083 POSTECTOMIA	29	6.402,88	7,46	220,79
0407040129 HERNIOPLASTIA UMBILICAL	27	12.813,53	6,94	474,58
0407030034 COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	26	27.411,17	6,68	1.054,28
0407020284 HEMORROIDECTOMIA	25	8.271,10	6,43	330,84
0409010170 INSTALAÇÃO ENDOSCOPICA DE CATETER DUPLO J	21	10.691,14	5,40	509,10
0407040080 HERNIOPLASTIA INCISIONAL	17	11.731,10	4,37	690,06
0407030255 COLANGIOPANCREATOGRAFIA RETROGRADA ENDOSCOPICA TERAP	11	22.715,67	2,83	2.065,06
0407040099 HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	11	8.901,12	2,83	809,19
0407020276 FISTULECTOMIA/ FISTULOTOMIA ANAL	6	2.387,30	1,54	397,88
0409040215 TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	5	1.349,65	1,29	269,93
0409020176 URETROTOMIA INTERNA	3	959,76	0,77	319,92
0409040142 ORQUIECTOMIA SUBCAPSULAR BILATERAL	3	2.131,01	0,77	710,34
0407010211 GASTROSTOMIA	2	1.619,15	0,51	809,58



04070202225 EXCIÇÃO DE LESÃO/ TUMOR ANU-RETAL	2	946,48	0,51	473,24
0407040064 HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA	2	1.603,46	0,51	801,73
0409010596 URETEROLITOTRIPSIA TRANSURETEROSCÓPICA	2	1.520,30	0,51	760,15
0409030040 RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA DE PRÓSTATA	2	2.394,74	0,51	1.197,37
DEMAIS PROCEDIMENTOS	22	18.602,26	5,91	-
<b>Total</b>	<b>389</b>	<b>283.681,90</b>	<b>100,00</b>	<b>729,26</b>

**41 tipos de procedimentos eletivos realizados, acima os 20 com maior frequência.**

Fonte: CNES/ DATASUS – Competência Dez/2023

Fonte: Tabsih/ Tabwin/ Datasus

**9.2.3.3** Para as metas do Grupo 02- Procedimentos com Finalidade Diagnóstica foram considerados a capacidade instalada do hospital, bem como a demanda reprimida da Central Municipal de Regulação; (I) Diagnóstico em Laboratório, relação de 1,8 procedimento para cada atendimento médico ambulatorial, incluindo aqueles em caráter de urgência; (II) ultrassonografia, considerando a demanda reprimida e a capacidade instalada; (III) diagnóstico em radiologia, percentual de 15% das consultas; (IV) métodos Diagnóstico especializado, relação de 20% sobre o total de atendimentos médicos ambulatoriais;.

**9.2.3.4** Para estimar as metas de produção de Consultas de outros Profissionais de Nível Superior (exceto médico), considerou-se a relação de 33% consulta para cada Consulta Médica na Atenção Especializada.

**9.2.3.5** Para estimar as metas de produção de Consulta Médica na Atenção Especializada considerou-se a capacidade instalada de consultórios médicos da unidade hospitalar (10) estabelecendo uma produção de 1.800 consultas/hora/consultório, em turnos de 08 horas, 22 dias mensais.

**9.2.3.6** Para estimar as metas de produção de Atendimento Médico de Urgência, considerou-se uma demanda de 900 atendimentos nas 24 horas, sendo que 30% irão necessitar de Observação 24 horas.

**9.2.3.7** Para estimar as metas de produção de Administração de Medicamentos, considerou-se 45% do total de Atendimento Médico de Urgência.

### **9.3 Descrição da Unidade Hospital Municipal De Apucarana**

**9.3.1** O Hospital Municipal de Apucarana possui 4 (quatro) pavimentos com acesso do pavimento térreo para os pavimentos superiores por meio de rampa, escadas e dois elevadores.

**9.3.2** No piso térreo estão localizadas estruturas assistenciais como serviço de urgência e emergência, consultórios ambulatoriais, área de diagnóstico por imagem, laboratório,



recepção da urgência e emergência, recepção de visitantes/acompanhantes; área administrativa (salas da direção, contas médicas, contabilidade); áreas de apoio (farmácia, rouparia, agência transfusional).

**9.3.3** No 2º piso ambulatorios e 3 (três) salas cirúrgicas para procedimento ambulatoriais. No 3º piso unidades de internação clínica e no 4º piso estão localizadas as unidades de internação (clínica e cirúrgica), Bloco Cirúrgico com duas salas cirúrgicas e demais salas de recuperação cirúrgica e apoio.

**9.3.4 O Hospital Municipal compreende áreas específicas, sendo elas:**

- Reservatório de Água potável para suprir as demandas dos serviços hospitalares e a reserva de combate a incêndio.
- Depósito de Resíduos Sólidos.
- Central de Gás – GLP.
- Central de Gases Medicinais.
- Subestação de Energia.
- Estação de Tratamento de Esgoto.

**9.4 Das ações assistenciais e serviços de apoio**

**9.4.1** O Hospital Municipal de Apucarana será destinado ao tratamento de pacientes nas áreas de clínica médica e especialidades, além de Centro Cirúrgico, leitos para internação clínica e cirúrgica, Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica (SADT) para pacientes internados.

**9.4.2** Oferecerá atendimento aos usuários do SUS referenciados das unidades de saúde públicas da 16ª Regional de Saúde, apresentando condições potencialmente recuperáveis que se beneficiem do tratamento especializado oferecido.

**9.4.3** Todos os usuários deverão dispor de assistência multidisciplinar, com equipamentos específicos, recursos humanos especializados e que tenham acesso a outras tecnologias destinadas ao melhor diagnóstico e terapêutica, atendendo às disposições das portarias do Ministério da Saúde vigentes para o tipo de atenção oferecida.

**9.4.4** Para a organização assistencial serão necessários minimamente os serviços descritos a seguir, devendo estabelecer processo organizado e documentado de trabalho, por meio de manuais de normas e rotinas, definição de protocolos específicos, procedimentos operacionais padrão e definição de fluxos internos entre as áreas e suas interfaces.



#### **9.4.5 Serviço Social**

O Serviço Social será prestado, quando necessário, aos usuários em forma de escala de plantão 12x60 havendo atendimento no período das 7 às 19h. Devem também participar de forma complementar nos fluxos e processos de regulação dos pacientes. No desempenho de suas atribuições o assistente social de adotar minimamente:

- a) Realizar a triagem priorizando demandas sociais que impactam no tratamento e na alta dos pacientes;
- b) Atender pacientes, familiares e acompanhantes;
- c) Discutir casos com equipe multiprofissional;
- d) Orientar sobre os direitos sociais e de cidadania;
- e) Articular com a rede de saúde e demais serviços socioassistenciais;
- f) Intervir em situações de risco e vulnerabilidade social visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- g) Acompanhar os casos mais graves de pacientes reincidentes;
- h) Registrar no prontuário eletrônico do paciente as evoluções sociais;
- i) Participar do planejamento e elaboração de normas e rotinas da unidade;
- j) Supervisionar estágio em Serviço Social;
- k) Identificar vínculos familiares e rede de apoio;
- l) Verificar a rede referenciada para atendimento ao paciente;
- m) Realizar encaminhamentos para a rede socioassistencial (isenção para segunda via de documentos de identificação, acolhimento, benefícios sociais, tais como Auxílio Vulnerabilidade, Programa Bolsa Família, Auxílio Funeral, Benefício de Prestação Continuada, entre outros), direitos previdenciários, trabalhistas e seguros sociais e a própria rede de saúde (Assistência e Vigilância à Violência, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Atenção Básica, entre outros);
- n) Realizar encaminhamentos para órgãos de defesa de direitos (Conselho Tutelar, Defensoria Pública, entre outros);
- o) Localizar e convocar familiares, responsáveis ou rede de apoio dos pacientes (criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência) que chegam ou permanecem na unidade desacompanhados;
- p) Acionar os serviços de apoio à população em situação de rua;



q) Participar junto com a equipe multiprofissional do processo de notificação de casos de suspeita ou confirmação de violência e encaminhar aos órgãos respectivos, conforme fluxo de atendimento à violência;

r) Elaborar relatórios e pareceres sociais.

#### **9.4.6 Assistência Farmacêutica**

**9.4.6.1** O Serviço de Farmácia deverá contar com o mínimo de 1 (um) farmacêutico no plantão diurno e 1 (um) no plantão noturno, condição essa também que se alinha aos Parâmetros Mínimos para Recursos Humanos recomendados pela Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar.

**9.4.6.2** A farmácia deve estar regularizada junto ao Conselho Regional de Farmácia (CRF/PR) quanto à exigência de Responsabilidade Técnica e Certidão de Regularidade Técnica, em conformidade com a Lei nº 5991/2013 e com a Resolução nº 600/2014 do CFF, respectivamente.

**9.4.6.3** O Hospital e seus dirigentes devem fazer cumprir a Lei nº 13.021/2014, a qual determina que a farmácia privativa de unidade hospitalar ou similar se destina exclusivamente ao atendimento de seus usuários.

**9.4.6.4** O Serviço de farmácia deverá ter seus processos e atividades organizados, tomando como premissa as etapas da Assistência Farmacêutica, em vigor através da Política Nacional de Medicamentos e Política Nacional de Assistência Farmacêutica publicadas na Portaria Ministério da Saúde n.º 3.916, de 30 de outubro de 1998 e Resolução Ministério da Saúde nº 338, de 06 de maio de 2004 respectivamente.

**9.4.6.5** Segundo a Resolução do MS 388/2004, as ações de Assistência Farmacêutica envolvem também aqueles referentes à Atenção Farmacêutica, considerada como um modelo de prática farmacêutica, desenvolvida no contexto da Assistência Farmacêutica e compreendendo atitudes, valores éticos, comportamentos, habilidades, compromissos e corresponsabilidades na prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, de forma integrada à equipe de saúde. É a interação direta do farmacêutico com o usuário, visando uma farmacoterapia racional e a obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

**9.4.6.6** A garantia do uso racional e seguro de medicamentos deverá ser fomentada através de práticas seguras com foco na Segurança do Paciente de acordo com a Portaria GM/MS nº 529/2013 que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente



(PNSP), a RDC/ANVISA nº 36/2013 que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013 do Ministério da Saúde, que aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente, destacando o Protocolo de Identificação do Paciente e o Protocolo de Segurança na Prescrição, uso e Administração de Medicamentos.

**9.4.6.7** Dentro deste contexto da Assistência, Atenção Farmacêutica e Segurança no uso e Administração de medicamentos estão contempladas as ações e atividades voltadas para as Boas Práticas de armazenagem e Dispensação de medicamentos e a Farmacovigilância, definida como “a ciência e atividades relativas à identificação, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou quaisquer problemas relacionados ao uso de medicamentos”.

**9.4.6.8** Além das reações adversas a medicamentos, são questões relevantes para a Farmacovigilância:

- Eventos adversos causados por desvios da qualidade de medicamentos; Inefetividade terapêutica;
- Erros de medicação;
- Uso de medicamentos para indicações não aprovadas no registro;
- Uso abusivo; Intoxicações e interações medicamentosas;

**9.4.6.9** É de responsabilidade do Serviço de Farmácia monitorar de forma ativa os Alertas de Farmacovigilância no site da ANVISA que comunicam novas informações relacionadas à segurança dos medicamentos comercializados no Brasil, de modo a prevenir o uso de medicamentos impróprios pelos usuários do serviço. Para os medicamentos sujeitos a controle especial, a unidade deve atender a Portaria SVS/MS nº 344 republicada em 01 de fevereiro de 1999 e suas atualizações, bem como a Resolução RDC/ANVISA nº 17, de 28 março de 2013.

**9.4.6.10** Ratifica-se que tais medicamentos devem ser guardados sob chave ou outro dispositivo que ofereça segurança, em local exclusivo para este fim e sob a responsabilidade do farmacêutico. Ademais, deve ser exigida a escrituração em Livro de Registro Específico e este deve ser mantido na farmácia para efeito de fiscalização e controle. Em conformidade com a Resolução 357/2001 do Conselho Federal de Farmácia, esta dispensação deve ser realizada exclusivamente por farmacêuticos, sendo vedada a delegação da responsabilidade sobre o controle dos referidos medicamentos a outros funcionários administrativos.



**9.4.7 Acolhimento aos usuários e familiares/responsáveis.**

**9.4.7.1** Acolhimento é uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH) que tem por objetivo o desenvolvimento de ações com postura ética que implica na escuta do usuário em suas queixas, no reconhecimento do seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, na responsabilização pela resolução com a ativação das redes de compartilhamento de saberes. Deste modo, o acolhimento favorece a concepção de uma lição de confiança e compromisso dos usuários com a equipe e os serviços, sendo uma ação fundamental para a humanização nos serviços de saúde e do SUS.

**9.4.7.2** O acolhimento ao usuário deve fazer parte de todos os encontros do serviço de saúde e cabe aos serviços definir as ações internas para que todo o usuário que entrar na unidade seja acolhido por um profissional de saúde, sem a presença de vigilantes ou quaisquer outros colaboradores restringindo acesso para a primeira abordagem na recepção. O acolhimento aos pacientes referenciados deverá ocorrer com diretriz de um protocolo de acolhimento e classificação de risco, com equipe multidisciplinar que fará a avaliação e estabilização, quando necessário, para então encaminhar às demais áreas de internação do hospital.

**9.4.7.3** O acolhimento aos familiares/responsáveis preferencialmente deverá ser feito pela equipe multidisciplinar da unidade e deverão ser capacitados para atendimentos aos familiares e responsáveis com abordagem acolhedora, organizada, com discrição, discernimento, ética e corresponsabilidade. O acolhimento deve ser compreendido também em todos os momentos de orientação para ações que envolverão interlocução com demais serviços da rede de saúde em seus diferentes níveis de atenção.

**9.4.8 Hotelaria hospitalar.**

**9.4.8.1** A Hotelaria Hospitalar tem como proposta revitalizar a relação com usuário, demonstrando compromisso com o restabelecimento destes para além da questão do tratamento da doença. Onde os benefícios trazidos por pequenas mudanças costumam trazer um reflexo muito grande na diminuição da angústia e um aumento significativo nas práticas de humanização da instituição, resultando em total diferencial nos serviços prestados, além de possibilitar o controle e racionalização operacional da ocupação hospitalar com finalidades de aumentar o meio de produção.





**9.4.8.2** A hotelaria hospitalar deverá contemplar os serviços de apoio, organizado para adequado funcionamento da unidade:

- a) **Higiene e Limpeza:** Prestar serviço de limpeza e de superfícies em serviços de saúde, visando manter condições adequadas de salubridade e higiene em todas as dependências da unidade, com a disponibilidade de mão de obra, equipamentos, fornecimento de materiais de higiene (papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido, álcool gel), produtos saneantes domissanitários, manutenção de jardins, bem como a dedetização, desratização e descupinização. O serviço de higiene, limpeza e desinfecção deverá estar baseado no Manual de Limpeza e Desinfecção de Superfícies da ANVISA. Fornecimento de materiais de escritório para o controle de formulários referentes à distribuição e controle das roupas hospitalares, utensílios e equipamentos necessários ao funcionamento do serviço.
- b) **Lavanderia e Rouparia:** Realizar o processamento de roupas de serviços de saúde, compreendendo: coleta, lavagem, desinfecção, recuperação e distribuição de enxoval hospitalar, em condições de uso, conforme contrato com a empresa prestadora de serviço, nos padrões determinados pela Secretaria Estadual de Saúde. Enxoval Hospitalar é o conjunto de roupas utilizadas pelo hospital com a finalidade de atender os diversos serviços e procedimentos assistenciais. Sendo assim, visando o melhor atendimento dos setores e aos usuários, solicitamos a disponibilidade de 4 a 5 trocas, para que o descanso do enxoval após a lavagem seja eficaz. Ocasionalmente conforto, segurança na limpeza e desinfecção, durabilidade, boa apresentação, economia no processamento e resistência aos produtos de lavagem. A distribuição de enxoval hospitalar para os usuários em internação deverá ser feita através de Kits contendo os seguintes itens: 02 lençóis, 01 traçado, 01 cobertor, 01 camisola ou pijama, 01 toalha de banho, contemplando o mínimo de duas trocas diárias, ou conforme demanda por ocorrência e sujidade. Setor da roupa deverá fornecer mão de obra específica a cada função: auxiliares de roupa, costura e chefe



de setor. Fornecimento de materiais de escritório para o controle de formulários referentes à distribuição e controle das roupas hospitalares, utensílios e equipamentos necessários ao funcionamento do serviço.

- c) **Vigilância Patrimonial:** A segurança patrimonial tem como objetivo prevenir perdas causadas por fatores externos, como furtos e roubos, além de assegurar a integridade dos ambientes, integridade física de pacientes, colaboradores e demais visitantes, e das pessoas que frequentam as unidades de saúde. Além de preservar o patrimônio material hospitalar. Além das atribuições administrativas, o colaborador deverá: controlar a movimentação de pessoas em área de acesso livre e restrito; controlar o fluxo de pessoas e veículos nas dependências e áreas de Instituição, prestar informações de maneira adequada ao público, saber a rotina e localização dos setores da instituição.
- d) **Manutenção:** Realizar o serviço de manutenção preventiva e corretiva, serviços de reparos, recuperação e adequação de instalações diversas e de revestimentos de energia e equipamentos associados a baixa e média tensão, gerador de vapor – caldeiras, manutenção de motor gerador de energia, rede de gases medicinais, instalações de prevenção e combate a incêndio. (Itens estabelecidos conforme determinação da legislação e norma técnica vigente preconizada pela Secretaria Estadual de Saúde).
- e) **Recepção:** Realizar o atendimento de forma educada, gentil e objetiva, fornecer informações exclusivas de sua competência. Ter postura profissional, realizar o atendimento com presteza, atenção e educação. Conhecer a Instituição: setores existentes e funcionantes, perfil e rotina da unidade, horários de visitas dos setores, conhecer a dinâmica de atendimento da unidade hospitalar. Trabalhar em equipe e cooperar com os outros setores.
- f) **Telefonia:** Realizar atendimento telefônico com cortesia, falar de forma clara e objetiva, ser tolerante como cliente, não alterar o tom de voz.



Ajudar a resolver seu problema da melhor forma possível, saber ouvir e informar e orientar com segurança. Conhecer a Instituição: setores existentes e funcionantes, perfil e rotina da unidade, horários de visitas dos setores, conhecer a dinâmica de atendimento da unidade hospitalar.

#### **9.4.9 Serviços auxiliares de Diagnose e Terapia – SADT**

**9.4.9.1** Este serviço destina-se à investigação diagnóstica e ações terapêuticas em usuários internos e externos (desde que referenciados). Para os usuários internados os serviços essenciais e de emergência deverão estar disponíveis durante as 24 horas por dia, sete dias na semana. Devem estar disponíveis minimamente:

**9.4.9.2** Radiologia convencional simples e contrastada; Tomografia computadorizada; Ultrassonografia geral e específica, com Doppler colorido; Ecocardiograma transtorácico uni e bidimensional e estudo vascular periférico com Doppler colorido; Exames laboratoriais de análises clínicas; Exames de anatomia patológica; Endoscopia digestiva Alta.

#### **9.4.10 Núcleo Interno de Regulação – NIR**

**9.4.10.1** A Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) instituída por meio da Portaria de Consolidação nº. 2, de 28 de setembro de 2017, em seu art.6º, inciso IV, define e recomenda a criação do Núcleo Interno de Regulação (NIR) nos hospitais, que deverá:

**9.4.10.2** Realizar a interface com as Centrais de Regulação;

**9.4.10.3** Delinear o perfil de complexidade da assistência no âmbito do SUS;

**9.4.10.4** Disponibilizar consultas ambulatoriais, disponibilizar serviços de apoio diagnóstico e terapêutico;

**9.4.10.5** Deverá utilizar sistema informatizado via web que for disponibilizado pela Secretaria de Saúde.

**9.4.10.6** Deve disponibilizar leitos de internação, segundo critérios pré-estabelecidos, capacidade instalada do Hospital, perfil da Unidade e protocolos que deverão ser instituídos pelo NIR. Além disso, deve buscar vagas de internação e apoio diagnóstico e terapêutico fora do hospital para os pacientes internados, quando necessário, conforme pactuação com a Rede de Atenção à Saúde (RAS).

**9.4.10.7** O Núcleo Interno de Regulação é uma Unidade Técnico-Administrativa que possibilita monitoramento do paciente desde a sua chegada à instituição, durante o processo de internação e sua movimentação interna e externa, até a alta hospitalar. É um



órgão colegiado ligado hierarquicamente à Direção Geral do Hospital e deve ser legitimado, com um papel definido e disseminado dentro da instituição.

#### **9.4.11 Núcleo e Educação Permanente em Saúde**

**9.4.11.1** A Educação Permanente em Saúde (EPS) se configura como uma proposta de aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações.

**9.4.11.2** A EPS se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais a partir dos problemas enfrentados no dia-a-dia do trabalho, das reflexões e problematizações produzidas nesse processo. Dessa forma, a educação permanente em saúde revela-se importante prática de ensino aprendizagem e estratégia potente para qualificar as práticas de cuidado, fortalecer os processos de gestão e participação social. Deve embasar-se num processo pedagógico que parte do cotidiano do trabalho envolvendo práticas que possam ser definidas por múltiplos fatores (conhecimentos, valores, relações de poder, planejamento e organização do trabalho) e que considerem elementos que façam sentido para os atores envolvidos.

**9.4.11.3** As mudanças na gestão e na atenção ganham maior efetividade quando produzidas pela afirmação da autonomia dos sujeitos envolvidos, que celebram entre si responsabilidades compartilhadas nos processos de gerir e de cuidar.

**9.4.11.4** O Núcleo de Educação Permanente (NEP) da unidade hospitalar deve se constituir como espaço de saber interinstitucional de formação, qualificação profissional e educação permanente dos trabalhadores da saúde na instituição/instituições sob sua responsabilidade, com um profissional enfermeiro destinado para a operacionalização das ações de educação na instituição.

#### **9.4.12 Serviço de Atendimento ao Usuário e Ouvidoria**

**9.4.12.1** Para os Serviço de ouvidoria deverão ser observados os seguintes preceitos:

- a) Disponibilizar espaço físico de fácil acesso, específico para o serviço, climatizado, identificado claramente para o atendimento ao usuário, com condições de acomodar a equipe de trabalho e atender de forma personalizada e reservada o cidadão;
- b) Garantir infraestrutura adequada para o exercício da atividade;



c) Disponibilizar formas de acesso do cidadão à ouvidoria conforme diretrizes da ouvidoria da secretaria de saúde, incluindo acesso por correio tradicional, correio eletrônico, página na rede internet, impressos padronizados, telefone e contato pessoal;

d) Garantir equipe capacitada e adequadamente dimensionada para atuar na ouvidoria em função da demanda do serviço;

e) Cumprir os prazos para resposta às áreas envolvidas e resposta ao cidadão.

**9.4.12.2** A partir das informações obtidas por meio da ouvidoria e serviços de atendimento ao usuário, deverão ser tomadas medidas corretivas para os casos necessários e as lideranças deverão propor ações de adequação de procedimentos e fluxos internos para evitar a recorrência da queixa e/ou proporcionar a melhoria dos atendimentos junto aos serviços de saúde do hospital.

#### **9.4.13 Serviço de Arquivo Médico e Estatística**

**9.4.13.1** O Serviço de Arquivamento Médico e Estatístico (SAME) do Hospital tem por objetivo realizar a guarda dos prontuários médicos dos pacientes de forma organizada e segura, em consonância à Política de Gestão de Segurança da Informação e demais normas da Instituição.

**9.4.13.2** O controle e gestão e prontuário deverá ser realizada com uso de software que permita rastreamento adequado, além de manutenção de estrutura física adequada para salvaguardar os registros.

### **Cláusula Décima: Das sanções**

**10.1** De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.2** Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.



**Cláusula Décima Primeira: Das Obrigações do Poder Concedente**

**11.1** São obrigações do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Contrato, em seus ANEXOS e na legislação aplicável:

- A)** entregar o IMÓVEL DA CONCESSÃO em boas condições estruturais e operacionais;
- B)** cooperar com e compartilhar os melhores esforços junto à CONCESSIONÁRIA, no limite de suas atribuições, para a formalização dos INSTRUMENTOS DE CONTRATUALIZAÇÃO;
- C)** garantir à CONCESSIONÁRIA condições para a plena prestação dos SERVIÇOS HOSPITALARES, na forma prevista neste Contrato;
- D)** receber o pagamento do valor da OUTORGA pelo uso do Hospital Municipal nos termos estabelecidos na CLÁUSULA 8.3.1;
- E)** garantir permanentemente o livre acesso da CONCESSIONÁRIA e de sua equipe e funcionários ao Hospital Municipal, para a execução do objeto do CONTRATO, durante a vigência do CONTRATO;
- F)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- G)** Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- H)** fornecer todas as informações disponíveis e necessárias ao desenvolvimento da CONCESSÃO;
- I)** fundamentar adequadamente suas decisões, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo deste Contrato;
- J)** indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsáveis pelo acompanhamento do CONTRATO;
- K)** caberá ao Concedente a fiscalização e avaliação da execução dos termos do contrato de concessão, através de comissão a ser designada anualmente.
- L)** a comissão será composta por no mínimo 07 (sete) pessoas, que serão, majoritariamente servidores efetivos e será designada através de Portaria do Prefeito Municipal. Os componentes da comissão de fiscalização deverão ser compostos por no mínimo



05 (cinco) servidores, sendo que, no mínimo, 03 (três) profissionais da área da saúde deverão compor a comissão, 2 representantes do Conselho Municipal de Saúde. A comissão deverá ser nomeada imediatamente após a homologação do processo de licitatório.

**M)** a comissão de fiscalização fará uso do Termo de Referência e do Plano Operacional Aplicativo a ser desenvolvido, como instrumento de avaliação, sendo que, em caso de descumprimento de qualquer dos itens, a comissão informará à Autarquia Municipal de Saúde (AMS) e a mesma a submeterá ao Conselho Municipal de Saúde. A AMS notificará a concessionária, com prazo determinado, para que corrija a irregularidade.

**N)** esta fiscalização se dará no mínimo bimestralmente com prestação de contas a Autarquia Municipal de Saúde e extraordinariamente quando se fizer necessário.

**O)** adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular do presente Contrato em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA;

**P)** emitir tempestivamente as licenças e autorizações que sejam necessárias à execução do objeto do Contrato e que estejam sob a sua competência e responsabilidade, nos termos da legislação pertinente;

**Q)** colaborar, dentro da sua esfera de competências e observados os termos da legislação pertinente, com a obtenção das licenças, permissões e autorizações eventualmente necessárias para a execução do CONTRATO junto aos órgãos estaduais ou federais, inclusive com a participação em reuniões técnicas e pronto envio de manifestações necessárias;

**R)** receber todos os BENS REVERSÍVEIS na extinção do CONTRATO;

**S)** aplicar penalidades legais, regulamentares e contratuais à CONCESSIONÁRIA;

**T)** Fornecer à contratada, todos os esclarecimentos, e demais informações que esta venha a solicitar.

**U)** Assegurar que os serviços descritos neste instrumento somente sejam executados unicamente pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente.

**V)** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades curso da execução dos serviços, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para a sua correção e certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

**W)** Cumprir suas demais atribuições previstas neste CONTRATO.

#### **Cláusula Décima Segunda: Das Obrigações da Concessionária**



**12.1** São obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Contrato, em seus ANEXOS e na legislação aplicável:

**A)** Ser responsável por todos os serviços prestados e previstos neste documento e seus anexos, bem como pelos danos causados pelos profissionais diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana.

**B)** Ser responsável por todo o ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com os serviços, inclusive no tocante aos seus empregados e prepostos.

**C)** Ser responsável em relação aos profissionais contratados por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:

- I) produtividade;
- II) adicional periculosidade, insalubridade ou qualquer outro previsto em Lei;
- III) seguros de acidentes;
- IV) taxas, impostos e contribuições;
- V) indenizações;
- VI) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

**D)** Fazer cumprir obrigações gerais dispostas no Plano Operativo Anual que será firmado posteriormente mediante contratualização específica.

**E)** Se, por motivo alheio à vontade do PODER CONCEDENTE, for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente será objeto de análise para fins de pagamento ou não da obrigação.

**F)** Obedecer o piso salarial correspondente às categorias funcionais;

**G)** Comunicar por escrito, ao PODER CONCEDENTE quaisquer irregularidades verificadas durante a realização dos serviços.

**H)** Arcar com as consequências dos eventos atribuídos como de sua responsabilidade ou de responsabilidade compartilhada, na Matriz de Alocação de Riscos a ser fornecida pela Concessionária.





**I)** assegurar a integridade e a conservação dos BENS DA CONCESSÃO mantidos sob sua responsabilidade, providenciando manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e insumos para o pleno funcionamento do Hospital Municipal, sob pena de responsabilização pelos danos causados;

**H)** conservar e manter atualizados todos os BENS REVERSÍVEIS, em perfeitas condições de funcionamento, bem como reparar suas unidades e promover, oportunamente, as substituições demandadas em função do desgaste, superação tecnológica ou término da sua vida útil, e, ainda, promover os reparos ou modernizações necessárias à sua boa operação;

**J)** captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato;

**K)** realizar, durante a FASE DE TRANSIÇÃO, os procedimentos que lhe couberem;

**L)** realizar as atividades de limpeza, e asseio do Hospital Municipal;

**M)** realizar a manutenção da área verde, estacionamento, cercas, muros e demais áreas externas do Hospital Municipal;

**N)** cumprir e respeitar as cláusulas e condições deste Contrato e seus ANEXOS, as determinações do PODER CONCEDENTE, e a legislação aplicável;

**O)** realizar o pagamento do valor de OUTORGA pelo uso do Hospital Municipal nos termos estabelecidos na CLÁUSULA 8.3.1;

**P)** firmar, manter vigentes e cumprir, por todo o prazo de vigência da CONCESSÃO os INSTRUMENTOS DE CONTRATUALIZAÇÃO;

**Q)** iniciar a efetiva operação do Hospital Municipal dentro do prazo de 180 dias (cento e oitenta dias) a partir da DATA DE EFICÁCIA;

**R)** Enviar mensalmente ao PODER CONCEDENTE relatórios discriminando todos os serviços e atendimentos prestados no Hospital Municipal, de forma a comprovar os atendimentos realizados;

**S)** submeter-se à fiscalização de órgãos públicos competentes para vistoriar o Hospital Municipal, tais como corpo de bombeiros, vigilância sanitária, entre outros;

**T)** realizar as adequações e reformas no Hospital Municipal determinadas pelos órgãos de fiscalização, quando aplicável;

**U)** responsabilizar-se pela obtenção e renovação de todas as licenças e autorizações necessárias à operação do Hospital Municipal;



**V)** responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos que incidem sobre os BENS DA CONCESSÃO;

**W)** manter, durante todo o prazo do CONTRATO, as condições necessárias à execução do objeto do CONTRATO;

**X)** assumir a integral responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução do objeto do CONTRATO, assim como pelo uso indevido de patentes e/ou de direitos autorais;

**Y)** realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e modernizações;

**Z)** cumprir e observar todas as normas e exigências legais ambientais e obter, quando aplicável, todas as licenças, permissões e autorizações exigidas para a plena execução do objeto do CONTRATO, notadamente para a realização dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e prestação dos SERVIÇOS HOSPITALARES, devendo se responsabilizar por todas as providências necessárias para sua obtenção junto aos órgãos competentes, arcando com todas as despesas e os custos envolvidos;

**AA)** dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE quanto a todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA, e/ou que possa constituir causa de intervenção, caducidade ou rescisão da CONCESSÃO, incluindo-se ações judiciais e procedimentos administrativos, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, e incluindo, se for o caso, contribuições de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou a serem tomadas para superar ou sanar a situação;

**AB)** comunicar ao PODER CONCEDENTE todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, impeçam ou venham a impedir a correta execução do CONTRATO;

**AC)** apresentar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, em até 30 (trinta) dias, contados do encerramento do prazo legal para sua aprovação o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes;

**AD)** manter atualizada a relação dos BENS REVERSÍVEIS sob sua gestão, bem como dos bens inservíveis, com registro, quanto a esses últimos, do oportuno descarte, leilão ou doação;

**AE)** cooperar e apoiar as atividades de acompanhamento e fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO, permitindo o acesso irrestrito aos equipamentos e



às instalações atinentes ao objeto do TERMO DE REFERÊNCIA, inclusive registros contábeis, dados e informações operacionais, nos termos desta subcláusula;

**AF)** atender a convocações formalmente encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE, inclusive para participar de reuniões, para apresentação de esclarecimentos e resultados da CONCESSÃO;

**AG)** comunicar ao PODER CONCEDENTE e aos órgãos ambientais competentes a respeito de ação ou omissão que venha a ser de seu conhecimento, que provoque contaminação dos recursos naturais ou que prejudique a prestação dos SERVIÇOS HOSPITALARES, ou ações a ele vinculadas, para que tais autoridades diligenciem as providências competentes;

**AH)** zelar pelo patrimônio do PODER CONCEDENTE, assumindo a responsabilidade por sua integridade;

**AI)** manter seus funcionários, bem como funcionários das subcontratadas, devidamente uniformizados e identificados;

**AJ)** responsabilizar-se pela interlocução com terceiros, tais como órgãos públicos (Guarda Civil/Polícia Militar, Corpo de Bombeiros), concessionárias de serviços públicos e empresas privadas (energia elétrica, água e esgoto, gás, telefonia, TV a cabo etc.), visando ao correto desenvolvimento de suas atividades;

**AK)** arcar com todas as despesas relativas a serviços que utilizar, tais como água, esgoto, energia elétrica, telefone, gás, coleta de lixo e lixo hospitalar, e outras, devendo, quando necessário providenciar e arcar com a respectiva despesa de instalação dos medidores individuais de consumo;

**AL)** manter em arquivo todas as informações quanto aos SERVIÇOS HOSPITALARES executados durante a vigência do CONTRATO, permitindo ao PODER CONCEDENTE e aos órgãos de fiscalização livre acesso a elas a qualquer momento;

**AM)** promover a transição dos BENS REVERSÍVEIS para o PODER CONCEDENTE ou para nova concessionária;

**AN)** cumprir e fazer cumprir a legislação de proteção ambiental;

**AO)** empregar pessoal habilitado e idôneo, nos limites das necessidades exigidas para tanto;

**AP)** executar todas as obras e atividades relativas à CONCESSÃO com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas



desempenhadas e obedecendo rigorosamente às normas, padrões e especificações previstas neste Contrato;

**AQ)** providenciar para que seus funcionários e agentes, encarregados da segurança de bens e pessoas, sejam registrados junto às repartições competentes, portem crachá indicativo de suas funções e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade policial;

**AR)** cumprir e responder às determinações da legislação e das normas relativas à higiene, medicina e segurança do trabalho;

**AS)** controlar todos os terrenos e edificações integrantes da CONCESSÃO e tomar todas as medidas necessárias para evitar e sanar o uso ou ocupação não autorizadas desses bens, mantendo o PODER CONCEDENTE informado a esse respeito;

**AT)** realizar as contratações de mão de obra pelas disposições de direito privado aplicáveis e, quando for o caso, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre aqueles contratados pela CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE;

**AU)** cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social.

**AV)** cumprir a reserva de cargos por mulheres vítimas de violência doméstica, conforme Art. 96 do Decreto Municipal nº 936/2023.

**AW)** cumprir a reserva de cargos de aprendizes, conforme Art. 99 do Decreto Municipal nº 936/2023.

**AX)** Os profissionais contratados pela Concessionária para a prestação dos serviços clínicos deverão ter comprovada capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado, e estar em dia com suas obrigações junto aos conselhos de classe.

**AY)** Os profissionais responsáveis pelos serviços médicos deverão ter formação em curso de medicina, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, devendo ainda estar registrados no respectivo conselho profissional.

**AZ)** Os profissionais responsáveis pelos serviços de enfermagem deverão estar registrados no respectivo conselho profissional, e, ainda, possuir formação em curso de enfermagem, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, ficando vedada a contratação de Técnicos de enfermagem como substituto para a realização das atividades específicas de Enfermeiro(a).



**BA)** Os demais profissionais envolvidos diretamente na prestação dos serviços de atenção à saúde deverão estar registrados nos respectivos conselhos profissionais e atender às normas e requisitos próprios, conforme a regulamentação do Ministério da Saúde (MS).

**BB)** Responsabilizar-se pela prestação de serviços de assistência em casos de calamidades, surtos, epidemias e catástrofes. Nestes casos, será possível a repactuação do Contrato de Concessão, visando o equilíbrio econômico-financeiro, se houver necessidade.

**BC)** Todos os profissionais deverão passar por cursos de reciclagem com comprovação de frequência e/ou certificado periódico.

**BD)** Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, e não utilizar o nome da CONTRATANTE para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e desde que resguardado o interesse público.

#### **Cláusula Décima Terceira: Bens Imóveis Cedidos**

**13.1** A CONCESSIONÁRIA deverá estruturar toda parte de mobiliário e equipamentos e itens necessários para operacionalização do Hospital Municipal de Apucarana, conforme perfil assistencial.

**13.2** Os bens móveis de que trata esta cláusula que serão utilizados no Hospital Municipal de Apucarana, ficarão sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, deverão permanecer no Hospital ao fim do contrato em perfeitas condições.

**13.3** A manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Hospital Municipal de Apucarana, necessários para uso, serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA e serão fiscalizados pelo PODER CONCEDENTE.

**13.4** A substituição por outros do mesmo padrão técnico, caso seja necessário, é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA (Manutenção Preventiva e Corretiva).

**13.5** A troca dos equipamentos fora da garantia em caso de avaria/defeito é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

**13.6** Manter uma ficha histórica com as intervenções realizadas nos equipamentos do Hospital Municipal de Apucarana, ao longo do tempo, especificando o serviço executado e as peças substituídas.

**13.7** A relação dos bens para o Hospital Municipal de Apucarana necessários para uso, a CONCESSIONÁRIA deve realizar a sua aquisição:



**13.7.1** Inventário anual – destinado a comprovar a quantidade e o valor dos materiais de acervo existentes no encerramento de cada exercício;

**13.7.2** Inventário inicial – realizado antes da assinatura do contrato junto com o PODER CONCEDENTE;

**13.7.3** Inventário eventual – realizado a qualquer tempo, por iniciativa do PODER CONCEDENTE.

**13.8** Para a realização do inventário, serão observadas as seguintes etapas:

1. Levantamento dos materiais;
2. Registro das características e das quantidades obtidas na etapa do levantamento;
3. Procedimento metodológico utilizado para a realização do inventário;
4. Relação dos materiais inventariados;
5. Ocorrências e divergências verificadas na realização do inventário, devidamente registradas e detalhadas.

**13.9** A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar permanentemente toda e qualquer documentação ou base de dados para acesso irrestrito e/ou auditoria do Poder Público.

**13.10** A CONCESSIONÁRIA deverá responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como com todos os gastos e encargos com materiais.

#### **Cláusula Décima Quarta: Da Subcontratação**

**14.1** Em caso de subcontratação do objeto do contrato, a contratada deverá respeitar os seguintes artigos da Lei 14.133/21:

*“Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:*

*(...)*

*IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”*



*“Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.*

*(...)*

*§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”*

#### **Cláusula Décima Quinta: Cláusulas Gerais**

**15.1** Os contratados devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

**15.2** Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática corrupta”:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) “Prática fraudulenta”:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “Prática colusivas”:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “Prática coercitiva”:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “Prática obstrutiva”:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do **Contrato**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do Município de Apucarana.



**Cláusula Décima sexta: Do Foro**

**16.1** As partes elegem o Foro da Comarca de Apucarana para dirimir toda e qualquer questão pertinente ao presente negócio, renunciando a quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

**Município de Apucarana, XX de XXXXXX de XXXXXX.**

---

**Emídio Alberto Bachiega**

Autarquia Municipal de Saúde

---

**Nome do Representante**

Nome da Empresa

---

**Gabriel de Souza Merett**

Fiscal Administrativo do Contrato

---

**Patricia Olinto Suntack**

Fiscal Setorial do Contrato

---

**Nelson Jorge Capelari**

Fiscal Técnico do Contrato





**Anexo V**

Estudo Técnico Preliminar em anexo

**Anexo VI**

Termo de Referência em anexo